



RENATO KREIMEIER

**A MEMÓRIA DO CRÉDITO RURAL EM TEUTÔNIA/RS:
TRAJETÓRIA DE 1970 E 2019**

CANOAS, 2020

RENATO KREIMEIER

**A MEMÓRIA DO CRÉDITO RURAL EM TEUTÔNIA/RS:
TRAJETÓRIA DE 1970 E 2019**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais. Linha de Pesquisa Memória e Gestão Cultural.

Orientação: Profa. Dra. Judite Sanson de Bem

Coorientação: Profa. Dra. Tatiana Vargas Maia

CANOAS, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K92m Kreimeier, Renato.

A memória do crédito rural em Teutônia - RS [manuscrito]: trajetória de 1970 e 2019 / Renato Kreimeier – 2020.

79 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2020.

“Orientação: Prof^a. Dra. Judite Sanson de Bem”.

1. Memória. 2. Produtores rurais. 3. Crédito rural. 4. Teutônia (RS). 5. Bem-estar. I. Bem, Judite Sanson de. II. Título.

CDU: 316.7

RENATO KREIMEIER

Trabalho Final aprovado como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler
FACCAT - Faculdades Integradas de Taquara/RS



Prof^a. Dr^a. Tatiana Vargas Maia
Universidade La Salle



Prof. Dr. Wagner dos Santos Chagas
Universidade La Salle



Prof^a. Dr^a. Judite Sanson de Bem
Orientadora e Presidenta da Banca - Universidade La Salle

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais

Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 30 de julho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, pela vida e por ser o dono de todo o universo.

À Professora Doutora Judite Sanson de Bem, minha orientadora, por seus ensinamentos, dedicação, apoio e por compartilhar seus conhecimentos, agregados ao presente estudo e na minha vida.

À Professora Doutora Tatiana Vargas Maia pela dedicação e contribuições feitas para este estudo e a todos os docentes do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, que me motivaram e contribuíram com seus conhecimentos.

Aos produtores rurais que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa com suas importantes contribuições e que através de suas entrevistas possibilitaram esse estudo sobre a memória do crédito rural e elaboração do documentário, com base nas suas propriedades rurais. Os produtores rurais: André Landmeier, Lauri Hércio Krützmann, Maurício Welp, Orlando Bergmann, Sabine Cristine Cord Pedrussi, Sérgio Landmeier e suas famílias, que participaram como atores desta pesquisa, dando suas contribuições através de seus depoimentos deram importância para este trabalho, por isso, declaro minha imensa gratidão.

Aos colegas da turma do mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle, Canoas e Faculdade de Tecnologia La Salle de Estrela, pela amizade, solidariedade e troca de experiências nesta fase tão importante da minha vida.

À minha esposa e colega de profissão Rosemarí Driemeier Kreimeier e aos meus filhos Felipe Kreimeier e Augusto Kreimeier, pelo incentivo constante, pelo amor, dedicação e companheirismo em todos os momentos.

Aos meus pais, Edmundo e Elli Kreimeier (*in memoriam*), pelo exemplo de vida.

À Arte Produções pela filmagem dos entrevistados e auxílio na elaboração do vídeo do documentário. A todos que de uma forma ou outra colaboraram com a concretização deste trabalho o meu muito obrigado.

RESUMO

O crédito rural é um financiamento destinado a produtores rurais, cooperativas ou associações de produtores rurais com o objetivo de financiar o custeio e investimento das atividades produtivas, ou comercialização agrícola. O objetivo do presente estudo foi pesquisar entre os produtores rurais do município de Teutônia, RS, as memórias sociais e coletivas e bem estar social propiciado pelo crédito rural, em 1970 e 2019, para a elaboração de um documentário. Metodologicamente, foi uma revisão das políticas de crédito rural, bem como dos dados para o município, através de entrevistas com produtores rurais com mais de 60 anos sobre o crédito rural de 1970 e produtores rurais de 20 a 40 anos sobre o crédito rural de 2019. Verificou-se, conforme as declarações dos entrevistados que em 1970 o crédito agrícola já era acessado apesar dos problemas apresentados como entraves, avalistas de fora da família e burocracia. Mesmo assim, estes produtores acessavam o crédito onde a maior parte dos recursos era destinada para custeios e poucos recursos para investimentos. Já o grupo de produtores de 20 a 40 anos, avaliou que em 2019, também houve uma melhora significativa na modernização, crescimento e bem-estar das suas famílias. A pesquisa constatou que a maior parte dos recursos foi destinada para investimentos e não para custeios. Portanto, o estudo sobre: “A Memória do Crédito Rural em Teutônia/RS: Trajetória de 1970 e 2019”, concluiu que o crédito rural desempenhou um papel muito importante para o crescimento, modernização e bem-estar dos produtores rurais e suas famílias e do município de Teutônia, RS.

Palavras-chave: Memória. Produtores rurais. Crédito Rural. Teutônia. Bem-estar.

ABSTRACT

Rural credit is a financing for rural producers, cooperatives or associations of rural producers with the objective of financing the cost and investment of productive activities, or agricultural marketing. The objective of this study was to research among rural producers in the municipality of Teutônia, RS, the social and collective memories and social well-being provided by rural credit, in 1970 and 2019, for the preparation of a documentary. Methodologically, it was a review of rural credit policies, as well as data for the municipality, through interviews with rural producers over 60 on rural credit in 1970 and rural producers from 20 to 40 years on rural credit in 2019. It was verified, according to the interviewees' declarations, that in 1970 agricultural credit was already accessed despite the problems presented as obstacles, guarantors from outside the family and bureaucracy. Even so, these producers accessed credit where most of the resources were destined for costs and few resources for investments. The group of 20- to 40-year-old producers, on the other hand, evaluated that in 2019, there was also a significant improvement in the modernization, growth and well-being of their families. The research found that most of the resources were destined for investments and not for costs. Therefore, the study on: "The Memory of Rural Credit in Teutônia/RS: Trajectory of 1970 and 2019", concluded that rural credit played a very important role for the growth, modernization and well-being of rural producers and their families and of the municipality of Teutônia, RS.

Keywords: Memory. Farmers. Rural credit. Teutônia. Welfare.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A - Localização do município de Teutônia no Rio Grande do Sul e B - Localização do município de Teutônia no Vale do Taquari, RS.....	36
Figura 2 – Produto Interno Bruto do município de Teutônia RS – 1999- 2017 (em milhões).....	37
Figura 3 – P Produto Interno Bruto anual per capita do município de Teutônia RS – 1999- 2017.....	38
Figura 4 – Percentual da participação da produção primária no Valor Adicionado do município de Teutônia RS, no período de 2009 a 2018.....	39
Figura 5 – Evolução do crédito rural para a agricultura familiar e patronal do Brasil, de 2003 a 2016/17 em R\$ bilhões.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção e exportações brasileiras no ranking mundial em 2018	33
Tabela 2 – Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total, no Rio Grande do Sul.....	35
Tabela 3 – Comparação do número de estabelecimentos/produtores rurais que fizeram financiamentos/empréstimos bancários no município de Teutônia, RS, nos anos de 2006 e 2017.....	41
Tabela 4 – Quantidade de projetos, elaborados e contratados/liberados de crédito rural do Programa PRONAF Mais Alimentos financiados para produtores rurais no município de Teutônia, RS, ajustado pelo IPCA para maio de 2020.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atores da pesquisa de seis propriedades rurais do município de Teutônia, RS.....	23
Quadro 2 – Linhas de Crédito para financiar o agronegócio brasileiro através do Plano Safra 2019/2020.....	47
Quadro 3 – Identificação dos produtores rurais entrevistados, idade, município e atividades agropecuárias, Teutônia, RS.....	54
Quadro 4 – Linhas de crédito rural dos produtores rurais entrevistados para financiar as atividades agropecuárias, Teutônia, RS.....	55
Quadro 5 – A importância do crédito rural para a modernização e crescimento dos produtores rurais entrevistados, Teutônia, RS.....	55
Quadro 6 – Cronograma das filmagens.....	64
Quadro 7 – Roteiro das cenas de filmagens.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

BC – Banco Central

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAIs – Complexos Industriais

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CREAI - Crédito Agrícola e Industrial

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAE – Fundo Extra Mercado

FAT – Fundo do Amparo ao Trabalhador para financiar

FEE – Fundação de Economia e Estatística do RS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INOVAGRO – Financiamento para incorporação de inovações tecnológicas nas propriedades rurais

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LCA – Letra de Crédito do Agronegócio

MCR – Manual do Crédito Rural

MAPA– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MF – Módulos Fiscais

MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais

MODERFROTA – Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

MODERINFRA – Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior

PCA – Programa para Construção e Ampliação de Armazéns

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

PROSOLO - Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos

RBA – Receita Bruta Agropecuária

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VA – Valor Adicionado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Problema de pesquisa.....	16
1.1.1	<i>A profissionalização do crédito agrícola no Brasil.....</i>	16
1.1.2	<i>Problemática atual do crédito rural.....</i>	17
1.2	Justificativa da escolha do tema.....	19
1.3	Objetivos.....	21
1.3.1	<i>Objetivo geral.....</i>	21
1.3.2	<i>Objetivos específicos.....</i>	21
1.4	Metodologia.....	21
1.4.1	<i>Procedimentos e técnicas.....</i>	21
1.4.2	<i>Instrumento de pesquisa para a coleta de dados.....</i>	23
1.4.3	<i>Atores da pesquisa.....</i>	23
1.4.4	<i>Análise dos dados.....</i>	24
2	MEMÓRIA SOCIAL: CONCEITOS E DISCUSSÕES.....	25
2.1	Revisão conceitual.....	25
2.2	Narrativas: memórias e vivências.....	28
3	HISTÓRICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	30
3.1	A agricultura no Brasil: breves considerações.....	30
3.1.1	<i>Histórico e evolução da agricultura do primeiro período: do descobrimento do Brasil até o final da década de 1960.....</i>	31
3.1.2	<i>Histórico e evolução da agricultura brasileira do segundo período: de 1970 até hoje.....</i>	31
3.1.3	<i>Características do agronegócio do Rio Grande do Sul.....</i>	34
3.1.4	<i>Características econômicas do município de Teutônia RS.....</i>	35
3.4.1.1	<i>Características do agronegócio do município de Teutônia, RS.....</i>	41
4	O CRÉDITO RURAL: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO.....	43
4.1	A profissionalização do crédito rural no Brasil.....	43
4.2	O crédito agrícola em Teutônia, RS.....	51
5	NARRATIVAS DOS PRODUTORES RURAIS SOBRE CRÉDITO RURAL.....	54
5.1	Narrativas do grupo de produtores rurais com idade acima de 60 anos.....	56

5.2	Narrativas do grupo de produtores rurais com idade entre 20 e 40 anos.....	59
6	PRODUTO CULTURAL.....	64
6.1	Planejamento e considerações metodológicas.....	64
6.2	Apresentação do documentário.....	65
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa Produtores rurais acima de 60 anos de idade.....	75
	APÊNDICE B – Questionário de Pesquisa Produtores rurais de 20 a 40 anos de idade.....	76
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	77

1 INTRODUÇÃO

O crédito rural é um financiamento destinado a produtores rurais, cooperativas, ou associações de produtores rurais que financia o custeio de despesas dos ciclos produtivos, investimento em bens ou serviços, comercialização e industrialização (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

O crédito rural no Brasil iniciou em 1885 quando D. Pedro II, mediante a primeira normatização brasileira para o setor rural através de um Decreto Imperial, criou o Penhor Agrícola. Porém, tratava-se de uma garantia especial e não, propriamente, de financiamento. No início do século XX foi criado no Estado de São Paulo o Banco de Crédito Hipotecário para financiar a atividade rural (WILDMANN, 2001).

No entanto, o crédito rural formal no Brasil teve início em 1931, quando o governo federal, através do Banco do Brasil, e da criação do Departamento de Café, passou a financiar compras de café (GUEDES FILHO, 1999).

Em 1937 foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, para o setor primário, com taxas e prazos para cada atividade. Já em 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e institucionalizada a “Política de Crédito Rural” pela Lei 4829/65, onde atuavam, conjuntamente, bancos públicos e privados (WILDMANN, 2001).

O objetivo do crédito rural é estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários. Visa também, aumentar a produtividade dos recursos no setor e gerar renda ao agronegócio. O Banco Central¹ (BC) é o órgão responsável por gerir o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), conjunto de instituições financeiras que concedem os financiamentos rurais, onde o SNCR busca o desenvolvimento agropecuário no país.

Para obter o crédito, o tomador deve ser idôneo, apresentar um projeto, plano ou orçamento que justifique o valor pedido. Também precisa de avalistas

¹No Brasil, o Banco Central é uma autarquia federal, fundada em 1964 com o objetivo de criar uma instituição com capacidade para regular as relações comerciais do país. A partir de então, o Sistema Financeiro Nacional tem como órgão máximo o Banco Central do Brasil. É este, que normatiza e fiscaliza todas as operações financeiras junto aos bancos que operam no Brasil e suas agências no exterior (GOMES, 2019).

com perfil sócio econômico que demonstre possibilidade de pagamento da dívida avalizada em caso de necessidade (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

São também beneficiárias do crédito rural empresas agropecuárias de pesquisa ou produção de mudas, sementes e de sêmen para inseminação artificial, de prestação de serviços mecanizados e inseminação artificial e outras companhias com finalidade comercial no ramo da pesca, aquicultura, medição de lavouras e atividades florestais (BRASIL, 2009).

Durante o regime militar, de 1964 a 1985, algumas Leis do Poder Executivo deram suporte ao processo de modernização da agricultura brasileira. Neste caso, considera-se o que se denominou internacionalmente “Revolução Verde”, caracterizada pela utilização de tecnologia baseada no uso de sementes com alta produtividade, agroquímicos e motomecanização. Entre as Leis pode-se destacar o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que atualmente ainda regula, embora com alguns ajustes definidos através de resoluções complementares, os direitos e as obrigações dos proprietários de imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária e para a promoção da Política Agrícola. A terra, para fins legais, passou a ter a finalidade e propósito de produzir alimentos, e para isso deveria ser usado, o que até hoje ainda predomina.

Na Política Agrícola² o Estatuto da Terra³ deu base para um conjunto de outras Leis. Uma Lei instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural (Lei n.º 4.829 de 5/11/1965) para financiar não só a modernização da agricultura, mas também a consolidação de complexos agroindustriais (CAIs) e o sistema cooperativo. Foi constituído um Sistema Nacional de Pesquisa e Extensão, coordenados em nível nacional pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), (Lei n.º 5.851 de 7/12/1972).

A EMBRAPA passou a ter um papel importante no Brasil em atividades como pesquisas sobre plantio direto, alternativas para a agropecuária tropical,

² Política Agrícola é o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País (INCRA, 2019).

³ Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha (INCRA, 2019).

geração de conhecimentos e ativos tecnológicos para a sustentabilidade da agropecuária brasileira, tecnologias que levam o Brasil a ser um case no Agronegócio em nível mundial (BIANCHINI, 2015).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a redução das desigualdades sociais e regionais do Brasil. Em consequência, veio a redução dos juros agrícolas, através da equalização⁴, na forma de subsídio governamental dado aos produtores rurais brasileiros, com o objetivo de estabelecer acesso facilitado ao crédito para os produtores rurais e empresários rurais. Diferenciando o crédito rural do urbano, através dessa equalização. Também beneficiou os produtores rurais em dia com as parcelas de empréstimos bancários, com bônus de adimplência, na redução de juros.

Em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para atender pequenos produtores rurais: área de até quatro Módulos Fiscais (MF), onde 80% da renda bruta deve ter origem na agricultura e não ter mais de um empregado permanente. Na equalização das linhas de crédito do PRONAF, a taxa de juros definida foi de 4% ao ano. Já na agricultura não familiar, chamada patronal, que atende grandes produtores rurais, com o crédito rural, a taxa foi fixada em 8% ao ano com foco para a exportação (BIANCHINI, 2015).

1.1 Problema de pesquisa

1.1.1 A profissionalização do crédito agrícola no Brasil

No Brasil, praticamente não existiam regulamentações sobre o crédito agrícola no sistema financeiro, antes da criação do Banco Central em 1964. Com o passar dos anos e a função do Banco Central de normatizar e fiscalizar os bancos, o sistema financeiro nacional foi organizado por essa normatização

⁴Sistemática pela qual o Tesouro Nacional paga aos agentes financeiros a diferença entre o custo de captação e aplicação dos recursos, inclusive o operacional, e os juros cobrados do produtor. Esse mecanismo permite que alguns tipos de financiamentos sejam efetuados com encargos favorecidos aos produtores (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

instituída para o seu melhor funcionamento e a realidade que o país enfrentava. Com o crescimento da inflação, o sistema financeiro se profissionalizou, visto que o país se tornou um grande produtor e exportador de alimentos. A partir desta época, o crédito agrícola deixou de ser somente estatal, devido à falta de recursos para o mesmo. Em consequência, o sistema financeiro privado também passou a financiar a agricultura brasileira. Para tanto, havia a necessidade da normatização do sistema financeiro para atender as demandas do crédito rural. Entre outros, houve a regulamentação pelo Banco Central, para viabilizar a disponibilidade de recursos financeiros para a modalidade. Tal regulamentação definiu que os bancos privados devem destinar anualmente, 30% dos depósitos à vista, 60% dos depósitos em poupança rural e 35% das captações com Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) para aplicar em operações de crédito rural. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

1.1.2 Problemática atual do crédito rural

As instituições financeiras, para concederem financiamentos de crédito rural, exigem avalistas com um patrimônio compatível e que ofereçam as garantias necessárias ao banco. No passado, o avalista não podia ser algum membro da família que residisse na mesma propriedade rural. O objetivo dessa prática era ter garantias reais e reduzir o risco de inadimplência perante o banco. Isto começou a gerar problemas quando surgiram casos de inadimplência, onde os avalistas eram acionados e obrigados a pagar as dívidas dos financiamentos, inclusive em alguns casos perdendo as suas propriedades rurais, pelo compromisso assumido.

Devido às limitações, dificuldades e riscos, os agricultores não se dispunham mais a ser avalistas. Muitas destas dificuldades resultaram, também, no êxodo rural, exigindo uma maior escala de produção com investimentos daqueles produtores remanescentes no meio rural, para fazer frente ao mercado. Esta situação acabou gerando um volume cada vez maior de empréstimos para atender a escala de produção necessária, ainda arcando com o aumento de juros. Tais situações se tornaram um problema para a manutenção da renda, bem-estar social, modernização das atividades agropecuárias e crescimento dos empreendimentos rurais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Atualmente o crédito rural pode ter as finalidades de custeio, investimento, comercialização e industrialização. O custeio se destina a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos, até 12 meses, podendo ser agrícola ou pecuário, variando de acordo com o ciclo de cada cultura ou criação. O investimento se destina à aquisição de bens e serviços cujo uso se estenda por vários períodos de produção, período superior a 12 meses. O crédito para comercialização se destina ao armazenamento e a conservação dos produtos para a venda futura em melhores condições de mercado, com prazo de até 240 dias, com o objetivo de atender às despesas de pós-produção. E o crédito para industrialização se destina a industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por 11 cooperativas ou pelo produtor rural na sua propriedade (SICREDI, 2019).

Para o enquadramento do produtor rural, na concessão de crédito rural, deve ser observada a classificação do mesmo, pessoa física ou jurídica, de acordo com a Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA) obtida ou, na falta dessa, em caso de expansão da atividade com a receita estimada. No caso de pequeno produtor rural a receita anual deverá ser de até R\$ 415.000,00. Na maioria dos casos, o pequeno produtor possui condições de ser enquadrado na linha de crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). São beneficiários do PRONAF os produtores rurais que compõe as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)”, declaração que deve ser expedida pelo sindicato rural do município ou Emater. Para ser considerado médio produtor a receita anual deve ser de R\$ 415.000,00 até 2.000.000,00. Na maioria dos casos o médio produtor é formado por proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros. Consideram-se grandes produtores ou demais produtores os que têm receita anual acima de R\$ 2.000.000,00. Formado por produtores rurais que não se enquadram no PRONAF ou no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), automaticamente terão que acessar as linhas de crédito destinadas aos grandes produtores. Conforme o enquadramento dos produtores rurais nas linhas de crédito, os mesmos terão diferentes prazos e taxas de juros diferenciados ao acessar empréstimos bancários (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

O município de Teutônia, RS, tem a economia diversificada e alicerçada no agronegócio. Historicamente, destacam-se as atividades de frangos, suínos e

leite. Setores que exigem altos e constantes investimentos, crescimento em escala, modernização e competitividade, para atender os mercados interno e externo, cada vez mais exigentes.

O presente estudo procurou responder, através de uma pesquisa com produtores rurais a seguinte pergunta central:

Quais memórias são construídas, pelos produtores rurais de Teutônia, quanto aos diferentes períodos de obtenção do crédito rural com vistas à sua atividade produtiva?

Como perguntas secundárias tem-se:

Quais dificuldades ou demandas eram exigidas e/ou ocorrem atualmente quando da busca por crédito rural junto ao sistema financeiro?

O crédito rural torna possível o aumento do bem estar do produtor rural e de sua família?

1.2 Justificativa da escolha do tema

No âmbito acadêmico este projeto se insere no campo de estudo sobre memória social e trata sobre Crédito Rural e seu histórico no município de Teutônia, inserido na região do Vale do Taquari, RS.

O crédito rural desempenha um papel importante na sociedade, para a adoção de novas tecnologias a serem introduzidas no campo e, desta forma, incrementar a renda, melhorar a qualidade de vida e favorecer a sucessão familiar rural para a continuidade das propriedades.

Segundo o IBGE (2010) na década de 1960 a população brasileira urbana ultrapassou a população rural, fazendo com que o campo tivesse que produzir cada vez mais alimentos. Já segundo IBGE (2019), a população do Brasil constou de 84,6% dos residentes no meio urbano e 15,4% no meio rural. O mesmo fato ocorreu com o município de Teutônia, onde 84,65% da população vivem no meio urbano e 15,35% no meio rural. Com essa inversão dos percentuais da população urbana e rural, o perfil de cada região foi se adaptando e, no município de Teutônia, a produção animal e as culturas extensivas passaram ao sistema intensivo. Dessa forma o município se especializou na criação de animais e seus derivados, com destaque às atividades de laticínios, suínos e avícolas. Essas

atividades exigem altos investimentos iniciais e de manutenção sendo dependentes do crédito rural.

Com essa crescente demanda por alimentos, que precisam ser produzidos em ampla escala, tanto para mercado interno ou externo, surgiram oportunidades para o produtor rural ampliar seus negócios. No entanto, esses produtores, pais e filhos (jovens da propriedade), em muitos casos estão endividados, ou seja, extrapolaram os limites do crédito rural. Para cada novo financiamento precisa de um avalista com patrimônio compatível àquele crédito a ser tomado. Esses tipos de avalistas passaram a escassear em função destes não quererem mais expor seu patrimônio ao risco devido às inadimplências vivenciadas. Então, é imposto ao produtor rural para manter sua produção e ou por não conseguir quitar as suas dívidas, em tempo hábil, um ônus pesadoso: o aumento dos juros e da correção monetária em linhas de crédito, consideradas de crédito geral onde o juro tem custo mais elevado, inviabilizando a atividade do produtor rural.

O que viabiliza o financiamento para o produtor rural não são as instituições financeiras, mas a viabilidade do negócio nas atividades de: leite, aves, suínos, entre outros. Por outro lado, o crédito rural é uma ferramenta de recursos muito importante para o crescimento do agronegócio, onde o produtor rural se insere, podendo desenvolver a região como um todo, tanto rural como urbana.

Outra justificativa deste estudo trata do fato que desde 1980 o autor se dedica à orientação técnica junto aos produtores rurais, seja na produção agrícola ou gestão das propriedades, principalmente a orientações relacionadas aos custos de produção, crédito rural, qualidade do leite e da produção de carnes e a escala de produção para a viabilização dos produtores rurais. Inicialmente como Técnico em Agropecuária, produtor rural, engenheiro agrônomo e gestor de cooperativa agropecuária e de crédito, sempre voltado a orientação aos produtores rurais. Esta vivência lhe trouxe a experiência e percepção da necessidade de estudar as memórias dos produtores rurais e suas vivências na obtenção do crédito rural e suas práticas em busca de aumento do bem-estar.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Pesquisar entre os produtores rurais do município de Teutônia, através de entrevistas, as memórias sociais e coletivas e o bem estar social propiciado pelo crédito rural, para a elaboração de um documentário.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar quais as estratégias usadas pelos produtores rurais para a obtenção do crédito rural em 1970 e 2019;
- Analisar as dificuldades e/ou facilidades apontadas pelos produtores rurais na obtenção do crédito rural para suas atividades produtivas cotidianas;
- Apontar mudanças ou diferenças de bem-estar dos produtores rurais dos anos de 1970 e 2019.

1.4 Metodologia

1.4.1 Procedimentos e técnicas

A presente dissertação foi desenvolvida no município de Teutônia (RS) e trata da memória do crédito rural para produtores rurais, as experiências individuais sobre financiamentos bancários rurais vivenciados por seis produtores rurais do respectivo município. Desta forma, os dados da dissertação derivam das entrevistas de seis propriedades rurais. Os atores são formados de dois grupos de três propriedades rurais cada, onde os entrevistados têm de 20 a 40 anos de idade e acima de 60 anos.

Quanto à finalidade o presente estudo trata de uma pesquisa aplicada, pois objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos do crédito rural, envolvendo verdades e interesses locais do município de Teutônia/RS. Do ponto de vista dos objetivos foi uma pesquisa descritiva, onde não ocorreu a interferência do pesquisador que registrou e descreveu as características narrativas, os fatos observados sem interferir neles

para a produção do documentário. Descreveu as características da população, ou fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolveu o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: dois questionários e observação sistemática através de filmagens, cuja apresentação final foi em vídeo (documentário). Tal pesquisa observou, registrou, analisou e ordenou os dados levantados, sem manipulá-los, sem a interferência do pesquisador. Procuraram-se descobrir a frequência com que os fatos ocorreram, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Quanto aos procedimentos a pesquisa foi bibliográfica e documental. Elaborada a partir de bibliografia e material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, internet, com o objetivo de buscar todo o material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados atentou-se para a confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Essa pesquisa descritiva de campo considerou todos os meios que foram utilizados na construção do projeto: documentos, livros, entrevistas, narrativas, dados estatísticos entre outros se caracterizando, como um conjunto de procedimentos que se iniciou com a elaboração do projeto e que continuou com a definição de um grupo de pessoas que foram entrevistadas e o uso das narrativas e das filmagens para o documentário (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Na pesquisa documental foram utilizados documentos tais como: mapas de Teutônia RS, livros, dados históricos, de produção agrícola e de crédito. Tal pesquisa serviu para organização de informações dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta (BEUREN, 2006).

Ainda, do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa será qualitativa e quantitativa. Essa forma de abordagem foi empregada na presente pesquisa, visto que buscou a relação causa-efeito, entre os fenômenos para descrever, analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos experimentados por grupos sociais, como no caso dos produtores rurais e contribuir no processo de mudança. Quanto ao local, tratou-se de uma pesquisa de campo, realizada no interior do município de Teutônia, RS. As localidades envolvidas foram: Linha Clara, Linha Clara Fundos, Linha Harmonia e Linha Catarina, onde ocorreu a coleta dos dados, através de entrevistas e filmagens com os produtores rurais em suas propriedades. Assim, se obteve as

informações e/ou conhecimentos acerca do crédito rural, para buscar possíveis soluções ou descobrir novos fenômenos ou as relações para eficientizar o mesmo. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

1.4.2 Instrumento de pesquisa para a coleta de dados

O instrumento de pesquisa da presente dissertação foram dois questionários com questões abertas e fechadas. Os referidos questionários tiveram 10 perguntas e foram aplicados para produtores rurais do município de Teutônia, RS, conforme anexos A e B, constituindo a parte prática. Os dados das entrevistas foram obtidos através da interação entre o pesquisador e o entrevistado (MARCONI; LAKATOS, 2003).

1.4.3 Atores da pesquisa

Os atores da pesquisa são oriundos de três propriedades rurais, produtores de 20 a 40 anos de idade e três propriedades rurais, produtores com idade acima de 60 anos, conforme Quadro 1. Os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para a divulgação dos dados. A escolha dos entrevistados não será orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência (ALBERTI, 2004).

Quadro 1 – Atores da pesquisa de seis propriedades rurais do município de Teutônia, RS

Nº	Produtores rurais acima de 60 anos de idade	Nº	Produtores rurais de 20 a 40 anos de idade
1	A	1	D
2	B	2	E
3	C	3	F

Fonte: Produzido pelo autor, 2020.

1.4.4 Análise dos dados

O material que resulta da análise de documentos servirá de apoio à entrevista aos produtores rurais, durante sua realização, sendo possível recorrer a estes, quando da discussão sobre determinado ponto (ALBERTI, 2004).

A organização e análise de dados ocorrem em três fases distintas conforme segue: pré-análise dos dados que conforme Bardin (2011) tem por objetivo a organização e exploração sistemática de documentos. A segunda etapa é a leitura flutuante. Finalmente, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Uma vez de posse destes resultados podem ser propostas inferências e adiantar interpretações dos objetivos previstos.

2 MEMÓRIA SOCIAL: CONCEITOS E DISCUSSÕES

Esse capítulo tem por objetivo trazer maior significado às memórias individuais e coletivas dos produtores rurais de Teutônia, RS. Consideraram-se conceitos e embasamento teórico de autores que estudaram sobre o tema memórias sociais e bens culturais.

2.1 Revisão conceitual

O estudo apoia-se em Halbwachs (2013) para refletir sobre as experiências de produtores rurais. Levando em consideração que suas lembranças estão relacionadas a comunidades, grupos de relação e ou pertencimento em diversas localidades, onde os produtores rurais de Teutônia estão inseridos. Desta forma, as memórias sobre o crédito rural serão construídas em grupo, sendo que cada memória individual é um ponto de vista, uma visão, sobre a memória coletiva, como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado, visto que as lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sozinhos. A lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. As lembranças dos produtores rurais permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o indivíduo esteja envolvido. Isso acontece na medida em que o indivíduo está sempre inserido em um grupo social.

Halbwachs (2013) foi um dos autores que mais contribuiu para a compreensão do significado da memória coletiva. Ele afirmou que tudo o que nos lembramos do passado faz parte de construções coletivas do presente. Para ele, a memória sempre tinha um fundo social, coletivo. Ninguém poderia lembrar-se realmente de algo fora do âmbito da sociedade, pois as recordações são sempre feitas recorrendo aos outros, seja a família, ou demais grupos (SANTOS, 1998).

Para Halbwachs (2013), o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido em grupos de referência e a memória é sempre construída em grupo, mas é também, um trabalho do sujeito. A rememoração pode permanecer um dado abstrato, ou ainda, formar-se em imagem e como tal permanecer ou, finalmente,

pode tornar-se lembrança viva. Tudo depende da ausência ou presença de outros indivíduos como grupo de referência (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Pode-se observar que Halbwachs (2013) não se refere à memória em si, mas aos quadros sociais em que ela é produzida, como por exemplo, a linguagem que é parte do quadro social de cada grupo particular, assim como o tempo e o espaço. No caso presente, o contexto do crédito rural no âmbito do agronegócio gera memória para uma constante evolução que se busca. Para o autor a memória não é fruto do sonho, mas do trabalho de refazer, com ideias atuais, as experiências do passado. Não se trata de reviver o passado tal qual ele pudesse ter sido realizado, mas de um esforço de reconstrução deste passado diante de nossas atuais possibilidades. Ninguém melhor que o velho, para exercer a função social de lembrar. Dessa forma os velhos devem contribuir de forma efetiva através das possibilidades que se apresentam na atualidade trazendo soluções para o crédito rural no agronegócio.

Ainda apoiado em Halbwachs (2013), não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem do crédito rural no passado para obter uma lembrança. Para que a memória dos produtores rurais se aproveite da lembrança de outros que exercem ou exerceram a mesma atividade, também é preciso que estes apresentem seus testemunhos para concordar entre uma e outra lembrança que fazem recordar e assim ser reconstruída sobre uma base coletiva.

A vinculação dos grupos a um espaço social está ligada naturalmente a um lugar, neste caso, Teutônia, por que é o fato de estarem juntos, num dado espaço, que permite aos seus membros criar laços sociais.

Em Teutônia nos anos de 1960, podem-se relatar experiências como: empréstimos financeiros entre produtores rurais; acordos de serviços (*Ackot* em alemão westfaliano) com valores pré-fixados, independentemente do tempo despendido (= capina de uma gleba de lavoura); mutirões de troca de serviços; ajuda mútua entre vizinhos de serviços diversos na propriedade rural. Na sequência, nos anos de 1970, formaram-se grupos de prestadores de serviços de trilhadeiras de trigo, soja e feijão. Posteriormente surgiram os grupos informais na compra de ensiladeiras em conjunto, entre seis a 12 produtores rurais, onde todos eram avalistas no financiamento dos equipamentos adquiridos. O uso desses equipamentos ocorria somente nas propriedades do grupo. Neste ínterim, em 1981, foi fundado a Crediouro, atualmente Sicredi Ouro Branco, um banco

cooperativo de crédito em função da necessidade de mais recursos para a agricultura. Na década de 90 foi criado em Teutônia RS, uma associação chamada de Círculo de Máquinas (*Maschinenring* em alemão), sendo este o primeiro do Brasil. Surgiu então o emprego de novas tecnologias nas atividades de mecanização e automação na agropecuária local.

Alguns desses acontecimentos se tornaram “divisores de água” que situa o que eram os produtores rurais antes e o que passaram a ser após tais acontecimentos marcantes. Essas evoluções mencionadas foram e são muito importantes para os produtores rurais do município de Teutônia ter chegado a evolução hoje verificada no agronegócio. Portanto, isso confirma o que Blondel (1960) diz sobre as datas de acontecimentos políticos e históricos, as quais são importantes como referências para as datas importantes de ordem pessoal de tal forma a situar com segurança, detalhes do nosso passado em função dessas datas.

Também para Bosi (1994), o idoso carrega em si, mais fortemente, tanto a possibilidade de evocar quanto o mecanismo da memória, que se torna uma prática motora. Muitas vezes, entrelaçada ao tema do tempo e das transformações, que ele provoca nas relações humanas e na sociedade em geral. Por meio da memória das pessoas idosas, Bosi estudou as mudanças sentidas por elas ao longo dos anos. Também defende a causa social dos idosos dizendo que “O velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele”. Isso quer dizer que se queremos aproveitar os seus ensinamentos, nós temos que buscar o que sabem dizer e relatar. Dessa forma, aproveitam-se temas latentes na sociedade que precisam de atenção especial. E assim, usufruir as experiências vivenciadas no passado, que podem trazer resultados político-culturais para a sociedade atual. Ao estudar e entender o mundo, mesmo que seja um recorte do nosso entorno, possibilita-se o conhecimento e a transformação em um ambiente de justiça. Assim como os produtores rurais mais velhos trazem na sua memória e na experiência de suas propriedades rurais aquilo que se busca como memória do crédito rural baseado em experiências bem sucedidas para trazer as suas vivências à memória para a manutenção e evolução do agronegócio (BOSI, 2011).

Tal como para Bergson (1999), a memória é o esforço por fazer vir à superfície o que estava imerso e oculto, movimento este que restringe o campo de indeterminação e dúvida do sujeito, levando-o a retomar práticas consagradas,

que anteriormente tinham sido bem-sucedidas. Considera que o cérebro tem o caráter de órgão selecionador da memória alimentando nossas ações e realizações no mundo. O corpo é o centro de ação, assim a memória nos coloca em contato com a matéria de tal forma que nos movemos para agir na realização, na prática. O cérebro é o órgão que atua como espécie de “filtro da memória”. O cérebro tem o caráter de órgão selecionador da memória, alimentando nossas percepções e possibilitando nossas ações com suas implicações no mundo físico. A memória do crédito rural e experiências dos produtores rurais trazida para a realidade rompem o obstáculo para o surgimento da lembrança e consequente aplicação prática. Pois como defende Bergson (1999), ocorre uma priorização das memórias mais importantes para serem transformadas em ações práticas, daquilo que de fato foi o mais relevante. De maneira que as memórias dos produtores rurais poderão contribuir para a memória do crédito rural.

2.2 Narrativas: memórias e vivências

Uma narrativa inicia por uma situação estável que uma força qualquer vem perturbar, resultando em um estado de desequilíbrio pela ação de uma força dirigida em sentido inverso, o equilíbrio é restabelecido e o segundo equilíbrio é semelhante ao primeiro, mas os dois nunca são idênticos. Muitas narrativas que integram os diversos artigos mostram com clareza as instabilidades, as mudanças e os novos equilíbrios sempre diferentes dos estados iniciais. Os significados da memória são vários, pois a memória não se reduz apenas ao ato de recordar, mas revelam os fundamentos da existência, fazendo com que a experiência existencial, através da narrativa, integre-se ao cotidiano dando-lhe significado e evitando assim, que a humanidade perca suas raízes e identidade (TODOROV, 1979).

Segundo Bruner (2002), uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais e ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores. A narrativa pode ser real ou imaginária, sem, no entanto, perder seu poder como história. Podem-se encontrar referências à pesquisa narrativa em vários campos do conhecimento: em memórias sociais e coletivas, na medicina, na enfermagem, na psicologia, na comunicação, na sociologia, na tecnologia da informação, na antropologia, na filosofia, na arte, entre outros. As narrativas que se lê em artigos, é possível perceber como os

narradores constroem sentido a partir de suas experiências ao lhe dar a forma de narrativas. E a partir de experiências desordenadas, os narradores criam enredos, e impõem ordem a um fluxo de experiências ao dar sentido a acontecimentos e ações em sua vida. Portanto, toda a memória é construída e passível de ser narrada.

A narração é um processo de identificação do indivíduo e da comunidade, tendo seu vínculo com a identidade ética, porque não é uma identidade acabada, isto é, o “si” que se descobre por meio da narração deve tomar uma decisão ética, denominado como escolha (ARISTÓTELES, 1973).

No presente trabalho as narrativas dos produtores rurais são importantes porque por elas podem-se tirar conclusões que enriquecem esta dissertação. Dentro desse contexto, o referencial teórico sobre narrativas é de extrema importância para a pesquisa, pois é através das narrativas dos produtores rurais de 20 a 40 anos e acima de 60 anos que se podem reconstruir as memórias do crédito rural. Também a obtenção das narrativas sobre as dificuldades e facilidades em obter o crédito rural, bem como, o bem-estar que os produtores rurais alcançaram com o acesso ao mesmo.

3 HISTÓRICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A evolução da agricultura no Brasil é uma constante e, nos últimos anos, a tecnologia tem chegado de forma intensa e rápida ao campo. Essa tendência é importante devido o aumento da população brasileira e mundial, a ser alimentada. Para uma melhor compreensão dos períodos, dividiu-se a história em duas diferentes épocas, de acordo com os anos.

3.1 A agricultura no Brasil: breves considerações

Para uma melhor compreensão da história da modernização da agricultura no Brasil é necessário dividi-la, em dois períodos da história. O primeiro período que vai do descobrimento do Brasil ao final dos anos de 1960, caracterizava-se como primária exportadora através dos ciclos do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração, pecuária, café e borracha, principalmente. E o segundo período após 1970, que dá início à modernização da agricultura brasileira. A divisão pode ser justificada pela criação do Banco Central do Brasil em 1965 que possibilitou a profissionalização do crédito rural para financiar a modernização da agricultura brasileira. Já a Revolução Verde no Brasil aconteceu durante a ditadura militar 1960 a 1970 permitindo que o país desenvolvesse tecnologia própria em universidades, centros de pesquisa, agências governamentais e instituições privadas. A fundação da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em 1972, foi outro marco importante por atuar no desenvolvimento e transferência de novas tecnologias para os produtores rurais atuando também na segunda parte da divisão. Com as inovações houve um enorme desenvolvimento agrícola na década de 1990, transformando o país em uma referência em produtividade passando o Brasil de importador para exportador de alimentos que alimentam o mundo. Com o aumento das exportações brasileiras do setor agrícola, sob uma nova visão de negócios, o termo agronegócio passou a ser utilizado no Brasil, embora já existente em outros países sob a denominação de *agribusiness*, termo em inglês. Esse novo termo foi descrito nos Estados Unidos pelos professores Davis e Goldberg (1957), onde o agronegócio compreende a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção na unidade de produção, do

armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos por meio deles.

3.1.1 Histórico e evolução da agricultura do primeiro período: do descobrimento do Brasil até o final da década de 1960

O primeiro período da agricultura Brasileira ocorreu de 1500 até o final da década de 1960. A economia agrícola estava baseada nos ciclos de produção com destaque para: o pau-brasil, a cana-de-açúcar, a mineração, a pecuária, o café e a borracha. Também teve as funções de produzir alimentos baratos para a população urbana, auxiliar no equilíbrio da balança comercial através de produtos e subprodutos agropecuários e florestais, ser um mercado comprador dos produtos e serviços da indústria nacional e transferir mão-de-obra do campo para as cidades visando o desenvolvimento industrial. Na década de 1960 iniciou outro ciclo muito importante para o agronegócio brasileiro que persiste até hoje, que é o da soja (EMBRAPA, 2020; VIEIRA, 2010).

No período dos ciclos de produção agrícola no Brasil, o crédito rural para financiamentos no setor, praticamente era inexistente ou muito restrito. O Banco Central do Brasil tinha sido recentemente criado (1965) e por isso ainda não havia normatizações para o crédito rural. A influência positiva de sua criação veio somente na segunda fase, pós 1970 onde as tecnologias, insumos modernos passaram a demandar crédito o que motivou o Banco Central para estabelecer regulamentações e normatizações do crédito rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

3.1.2 Histórico e evolução da agricultura brasileira do segundo período: de 1970 até hoje

O segundo período da agricultura do Brasil foi marcado por acontecimentos importantes, tais como: a normatização e disponibilização do crédito rural pelo Banco Central do Brasil, criação da Embrapa, pesquisa agropecuária, modernização da agricultura, Revolução Verde no Brasil, nova visão do agronegócio, auto-suficiência na produção de alimentos para o consumo interno e

ser referência mundial na exportação de grãos e proteína animal (EMBRAPA, 2020).

O Brasil possui 22% das terras agricultáveis do mundo, conta com clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce do planeta. Detém a maior parte do Aquífero Guarani, em seu território subterrâneo, o maior do mundo. O aquífero possui grande importância ambiental, econômica e social, uma vez que abastece a região em que está inserido, colaborando assim com seu desenvolvimento urbano e do agronegócio (RIBEIRO, 2008).

No final da década de 1960 viviam no meio rural, cerca de 50% da população brasileira, cuja economia era essencialmente agrícola e o país era importador de alimentos. Com uma população superior a 70 milhões de habitantes, o Brasil precisava aumentar a produção de alimentos para suprir a necessidade da população e atender o potencial de mercado interno. Em função dessa possibilidade o Brasil passou a vislumbrar oportunidades para o incentivo à produção agrícola. Através da modernização do setor agrícola para dar suporte ao crescimento da produção e da produtividade (CNA, 2020).

A pesquisa agropecuária nacional teve um marco na sua história com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, fundada em 7 de dezembro de 1972, ligada ao Ministério da Agricultura. A partir dali, surgiu um novo modelo para a agricultura brasileira com base tecnológica através da mecanização, do uso de calcário para correção de solo, uso de fertilizantes, das sementes selecionadas (mais tarde conhecidas como sementes genéticas, registradas, certificadas e fiscalizadas), uso de defensivos agrícolas para o controle de plantas daninhas, pragas e doenças (respectivamente, herbicidas, inseticidas e fungicidas). A pesquisa, também, contribuiu para o melhoramento genético visando adaptar plantas e animais. Ela foi essencial para o desenvolvimento de todo o alicerce tecnológico e suporte do novo modelo, chamado Revolução Verde (EMBRAPA, 2020).

O Brasil, no contexto atual, situa-se como celeiro mundial em termos de agronegócio, em função da produção de alimentos que abastece o mercado interno e parte do mundo. Além de elevada tecnologia utilizada no campo, dados estes que fazem do agronegócio brasileiro um setor moderno, eficiente e competitivo no cenário internacional. Com território de 851,487 milhões de ha, o

Brasil tem um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área total de 351,289 milhões de ha, cerca de 41% da área total do país. Destaque para algodão, arroz, feijão, soja, milho, laranja, café, açúcar, carne, celulose e papel. Mas a produção de três culturas se sobressai há décadas no país: a soja, o milho e a cana-de-açúcar. De 1972 até hoje, a área plantada no Brasil não chegou a dobrar, enquanto a colheita aumentou cinco vezes mais. Quanto à preservação ambiental, o total de áreas legalmente protegidas e preservadas, e detalhadamente mapeadas, é de 66,1% do território nacional, a maior do mundo. De 1980 até 2019, a produção de arroz aumentou 43%, mas a área plantada caiu 70%. Os agricultores brasileiros produzem hoje 582% a mais de algodão; 274% mais feijão; 257% mais trigo por hectare do que em 1980. Por causa da mecanização e ou digitalização do campo, dos fertilizantes, defensivos agrícolas e espécies selecionadas, produzimos mais em menos espaço. O Brasil é o maior produtor mundial de soja, ocupando apenas 4% do território nacional. Situação parecida ocorre com a exportação de açúcar, café, sucos e carne, conforme Tabela 1 (EMBRAPA, 2020; IBGE, 2019; MAPA, 2020).

Tabela 1 – Produção e exportações brasileiras no ranking mundial em 2018

Principais produtos	Produção	Exportação	Participação no comércio internacional (exportação)
Açúcar	2.º	1.º	34%
Café	1.º	1.º	26%
Suco de laranja	1.º	1.º	78%
Soja em grão	1.º	1.º	52%
Carne de frango	1.º	1.º	32%
Carne bovina	2.º	1.º	21%
Carne suína	4.º	4.º	8%
Milho	3.º	3.º	17%
Óleo de soja	4.º	2.º	12%
Farelo de soja	4.º	2.º	23%
Algodão	4.º	2.º	15%

Fonte: MAPA (2020) adaptado pelo autor.

Quase um bilhão e meio de habitantes do planeta podem ser alimentados pelo trabalho e tecnologia de cinco milhões de produtores rurais brasileiros. Estes produzem quase a quarta parte do PIB do país e respondem por metade das exportações. Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de açúcar, café, suco de laranja, soja e carnes. Pequenos proprietários de terras hoje podem ser

grandes produtores em termos de movimento econômico. A produção da terra passa de um bilhão de toneladas. O agronegócio, com toda a sua cadeia econômica, geram 40% dos empregos no Brasil. No Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro representa aproximadamente 23% conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

Embora, o maior percentual da população brasileira, 84,4% vive no meio urbano e somente 15,6% vive em área rural, o campo hoje está mais moderno que a cidade em função da pesquisa agropecuária, mecanização/ digitalização e constante evolução do agronegócio. O Brasil tem aptidão e poder para se impor como o maior produtor de alimentos do mundo. Pelo menos um produto brasileiro está em um de cada quatro pratos consumidos no mundo (EMBRAPA, 2020; IBGE, 2019).

3.1.3 Características do agronegócio do Rio Grande do Sul

Conforme o censo de 2017, o setor agropecuário do Rio Grande do Sul, contribuiu com 11,8% PIB da agropecuária nacional. No RS, existem 364.114 estabelecimentos agropecuários/propriedades rurais, perfazendo uma área de 21,7 milhões de ha, conforme Tabela 2. Em torno de 42% da área dos estabelecimentos agropecuários são ocupadas por pastagens e 36% por lavouras permanentes e temporárias.

A estrutura fundiária, entendida como o modo de distribuição e organização das propriedades agrárias, varia significativamente em termos regionais. Dentre os estabelecimentos agropecuários do Estado, em 2017 mais de 60% possuíam menos de 20 hectares. Em conjunto, esses estabelecimentos ocupavam apenas 8,6% da área agropecuária. O censo de 2017 identificou um movimento de concentração fundiária e de aumento da área média dos estabelecimentos agropecuários no RS. Havendo uma redução de 19,4% no número de estabelecimentos com menos de 50 hectares, ao passo que a frequência dos estabelecimentos de porte superior cresceu 5,1% (IBGE, 2019).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total, no Rio Grande do Sul

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	ESTABELECEMENTOS		ÁREA	
	Número de Estabelecimentos	%	Hectares (ha)	%
Menos de 10ha	132.739	36,5	622.780	2,9
De 10ha a menos de 20ha	89.854	24,7	1.248.474	5,8
De 20ha a menos de 50ha	82.858	22,8	2.458.013	11,3
De 50ha a menos de 100ha	26.672	7,3	1.798.365	8,3
De 100ha a menos de 200ha	13.164	3,6	1.786.000	8,2
De 200ha a menos de 500ha	10.488	2,9	3.234.334	14,9
De 500ha a menos de 1.000ha	4.799	1,3	3.303.882	15,2
De 1.000ha a menos de 2.500ha	2.826	0,8	4.164.624	19,2
De 2.500ha e mais	714	0,2	3.064.519	14,1
Total	364.114	100,0	21.680.991	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

A soja, o arroz, o milho e o trigo constituem as principais culturas agrícolas cultivadas no RS em área plantada e quantidade produzida. Em termos de valor da produção, o fumo, a uva e a maçã também têm muita importância.

No Estado, a atividade agropecuária ocupa principalmente mão de obra familiar, que também é importante para a produção de alimentos básicos para a população brasileira, tais como leite, aves, suínos, milho, feijão e mandioca. Mesmo entre as atividades em que tradicionalmente a agricultura empresarial prevalece, tais como a bovinocultura de corte, a sojicultura e a triticultura, a produção dos produtores rurais familiares é relevante. Outra característica da atividade agropecuária no RS é a cooperação. Um expressivo número de produtores rurais do RS está organizado em cooperativas. Em 2019 havia 128 cooperativas agropecuárias no Estado, que contavam com mais de 350.200 associados e empregavam 36,6 mil pessoas (FEIX; JÚNIOR, 2019; FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS, 2015).

3.1.4 Características econômicas do município de Teutônia RS

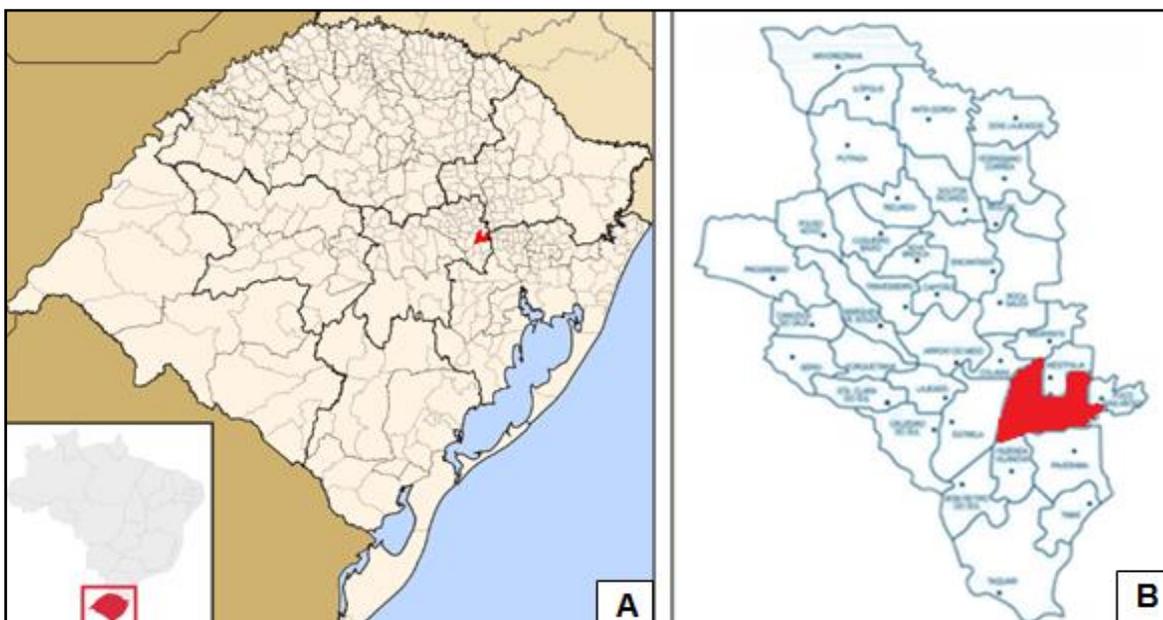
A história de Teutônia está relacionada com a da imigração alemã, iniciada em 1824 com a criação da Colônia Alemã de São Leopoldo e a chegada dos primeiros colonizadores. A ideia de criar a Colônia de Teutônia foi do comerciante

atacadista Carlos Schilling que, em 1856, realizou uma primeira expedição com colonos alemães e, em 1858, adquiriu terras devolutas para dar início ao seu projeto. Também em 1858, a Câmara de Vereadores de Taquari oficializou a criação da Colônia Teutônia. Logo iniciou a venda de lotes, cada um com 50.000 braças quadradas, o que corresponde a 24,2 hectares (ha).

A região onde se insere o município de Teutônia é o Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul, conforme pode ser visualizado na Figura 1. O nome do município, Teutônia tem sua origem no prefixo Teuto, que significa de origem germânica. Inicialmente a área pertencia ao município de Taquari, após, com a emancipação de vários municípios, dentre eles Estrela. Teutônia se originou de Estrela, tendo sua emancipação ocorrida em 24 de maio de 1981 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TEUTÔNIA, 2020).

Segundo o IBGE (2019), o município de Teutônia conta atualmente com área de 179 Km² e população de 33.232 habitantes. Ocupa o 2º lugar em importância econômica e é o terceiro município mais populoso do Vale do Taquari, após Lajeado e Estrela. Localiza-se cerca de 110 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o que favorece a sua logística, podendo ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – A - Localização do município de Teutônia no Rio Grande do Sul e B - Localização do município de Teutônia no Vale do Taquari, RS

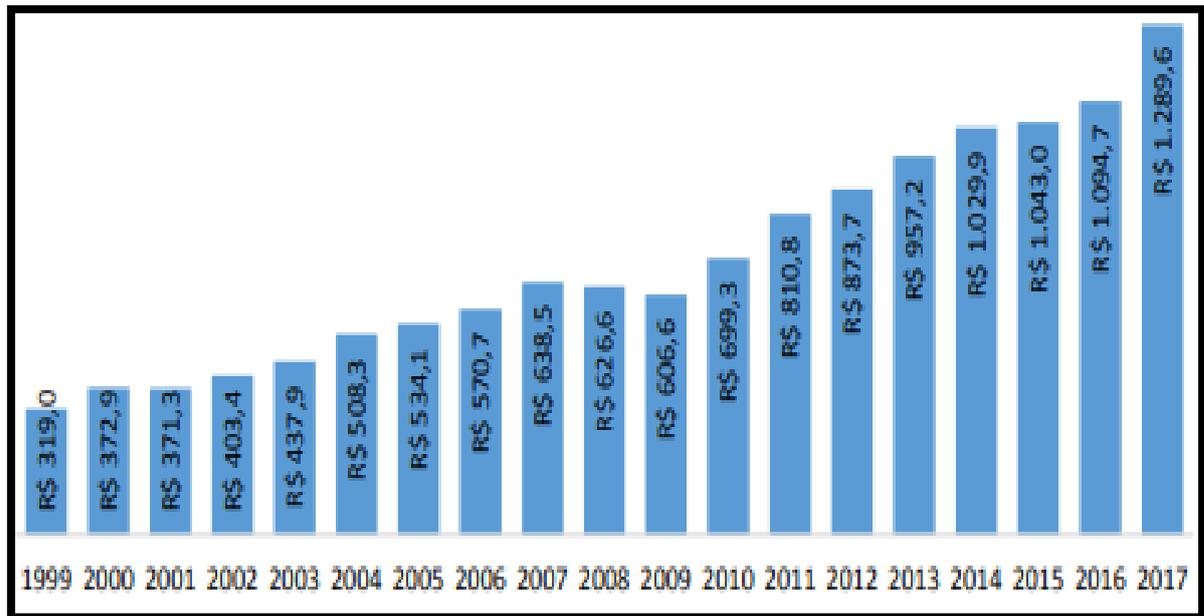


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEUTÔNIA, 2018, adaptado pelo autor.

Teutônia caracteriza-se por suas pequenas propriedades rurais, com média de oito a 10 hectares, destacando-se como principais atividades na produção agropecuária do município, a produção leiteira, de suínos e aves de corte e ovos. O município de Teutônia também se destaca pela diversificação no seu sistema produtivo e agroindustrial (KREIMEIER, 2010).

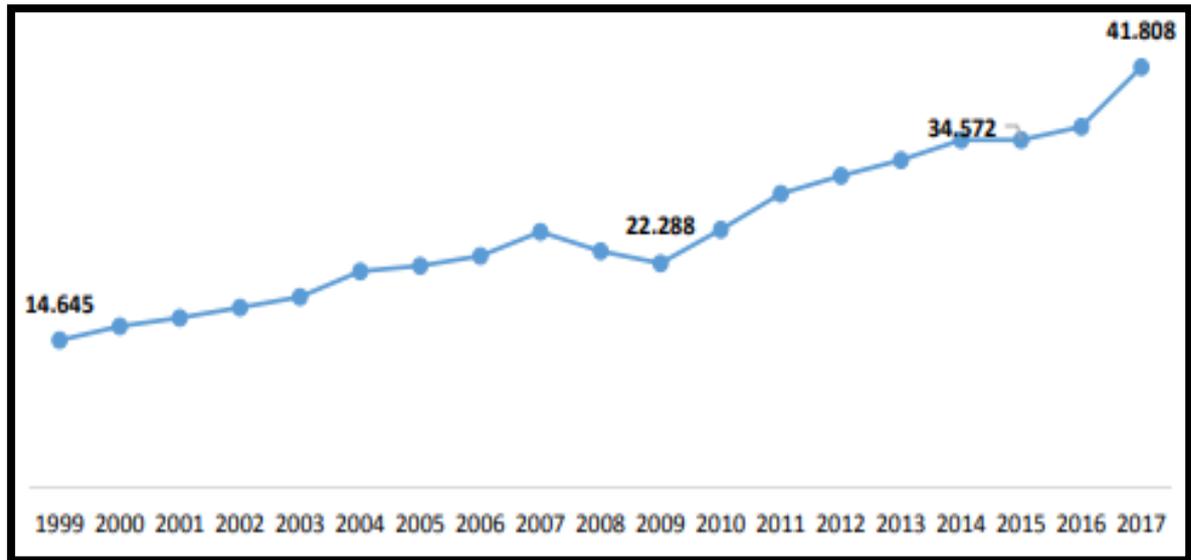
Conforme o Censo de 2017, quanto ao trabalho e rendimento dos moradores de Teutônia, o salário médio mensal foi de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total foi de 41,8%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDHM foi de 0,747 e a taxa de escolarização de seis a 14 anos de idade é de 99,4 %. Conforme Figuras 2 e 3, o Produto Interno Bruto do município foi R\$ 1.289.616,99 (mil) e o PIB per capita R\$41.808,24, onde se verifica o crescimento ao longo dos anos (IBGE, 2019).

Figura 2 – Produto Interno Bruto do município de Teutônia RS – 1999- 2017
(em milhões)



Fonte: IBGE, 2019.

Figura 3 – P Produto Interno Bruto anual per capita do município de Teutônia RS – 1999- 2017



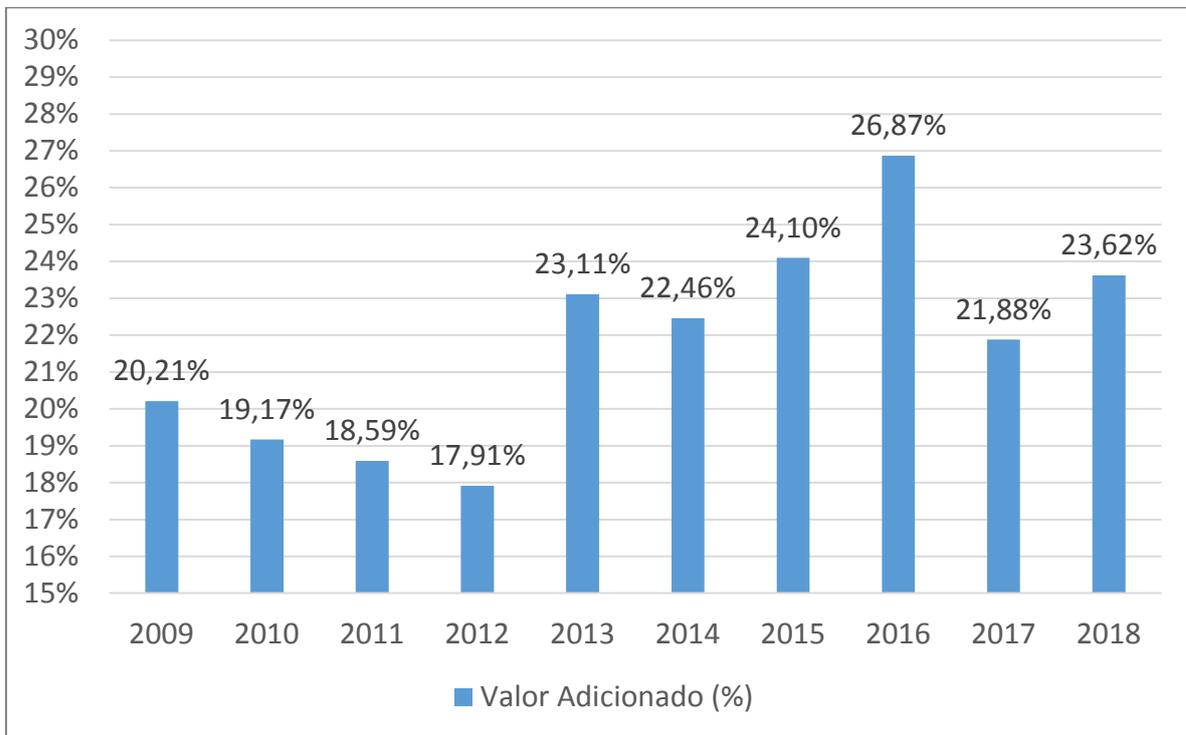
Fonte: IBGE, 2019.

O Valor Adicionado é o valor que se adiciona ao produto em cada estágio da produção, ou seja, é a renda adicionada em cada setor produtivo. Para se chegar ao produto final da economia basta somar o valor adicionado a cada estágio da produção. Está relacionado ao cálculo do que cada atividade econômica adicionou ao valor do produto final, nas etapas da produção, assim o valor adicionado é encontrado pela diferença entre o valor das vendas menos os custos dos bens intermediários (GARCIA; VASCONCELLOS, 2004).

Conforme a Figura 4, o setor primário do município de Teutônia, representa 23,62%, na participação do Valor Adicionado em 2018. Ao longo dos anos tem sofrido variações relacionadas a variações climáticas como estiagens e oscilações da economia nacional.

Na Figura 4, pode ser visto a importância que o agronegócio tem para o município de Teutônia, no valor adicionado, que reflete a entrada de recursos no município. O valor adicionado está diretamente ligado a emissão de notas do talão de produtor, que comprovam a comercialização dos diferentes produtos do segmento agrícola, que geram impostos que beneficiam os municípios através do valor adicionado.

Figura 4 – Percentual da participação da produção primária no Valor Adicionado do município de Teutônia RS, no período de 2009 a 2018



Fonte: NICTERWITZ; KREIMEIER, 2018, adaptado pelo autor.

No município de Teutônia, parte do valor adicionado é empregado em subsídios, chamados de Programas de incentivo à produção primária, que beneficiam os produtores rurais. Portanto, cita-se a seguir alguns programas de incentivo ao setor agrícola, gerenciados pela Secretaria de Agricultura:

- Programa do Pacote Agrícola. É um programa de incentivo à produção primária através da concessão de subsídio a agroindústrias familiares e produtores rurais estabelecidos no município. Estes devem possuir talão de notas de produtor rural cadastrado no município de Teutônia, RS. Mediante apresentação de nota fiscal, quando da aquisição de sementes, mudas, adubos, pintos, materiais, ferramentas, equipamentos, máquinas, contratação de serviços e todos os demais insumos. Componentes estes, para a produção de produtos primários que contemplem e melhorem as atividades já existentes na propriedade rural. Tem como base, o enquadramento em faixas de valores, conforme o valor adicionado gerado no ano anterior ao do exercício atual;

- Programa de Auxílio Inseminação Artificial, é o programa de prestação de serviços de inseminação artificial no rebanho bovino e suíno, realizado por

empresas credenciadas com o município e são chamados pelo próprio produtor rural. O valor do auxílio se dá por cada procedimento realizado;

- O Programa de Auxílio Veterinário é um programa de prestação de serviços de assistência veterinária ao rebanho bovino e suíno, através de empresas credenciadas pelo município. O valor do auxílio se dá por cada atendimento realizado;

- O Programa da Brita tem por objetivo a manutenção dos acessos às propriedades rurais. Tem direito a adquirir a quantidade de 14 toneladas de brita ao valor de R\$100,00 (cem reais) todo o produtor que tem gerado valor adicionado, no exercício do ano anterior, a partir de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);

- O Programa de Horas Máquina consiste em realizar serviços com as máquinas nas propriedades rurais, em que o requisitante possuidor de talão de produtor tem direito a contratar até cinco horas de serviço, pagando a metade do valor da hora. Após a quinta hora pagará valor integral por hora trabalhada. Tendo como opção as seguintes máquinas: retro escavadeira, escavadeira hidráulica, motoniveladora e pá carregadeira;

- Programa de Saibro, tem como objetivo manter os acessos às propriedades rurais. Cada produtor que possui talão de produtor tem o direito de adquirir até cinco cargas de saibro pagando a metade do valor. E a partir da sexta carga pagará o valor integral;

- Programa de Auxílio a Construções de Pocilgas, Tambos de Leite, Aviários e Agroindústrias, estes auxílios tem como objetivo representar investimentos para estimular a produção. O produtor rural tem direito a receber o auxílio de dez reais por metro quadrado, salvo a agroindústria, que recebe trinta reais por metro quadrado construído. Dos quais, 50% são liberados no início da obra, para a execução da terraplanagem ou outras despesas iniciais e 50% para a conclusão da obra, para aquisição de materiais de cobertura;

-O Programa Troca-Troca é uma concessão de auxílio aos agricultores que participam do Programa Troca-troca de Sementes de Milho, sendo o programa realizado em parceria com Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia. Programa realizado em parceria com Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia (NICTERWITZ; KREIMEIER, 2018).

3.4.1.1 Características do agronegócio do município de Teutônia, RS

Desde a colonização e origens de seus primeiros habitantes a agricultura e pecuária, sempre estiveram presentes na área do município de Teutônia, por isso até hoje é um dos pilares da economia do município. Embora a população rural diminuísse e a urbana aumentasse, seguindo o padrão nacional, um menor número de produtores rurais está produzindo maior quantidade de matéria-prima e alimentos por causa da mecanização e automatização/digitalização das atividades agropecuárias. Para que o produtor rural tenha uma renda adequada por familiar que trabalha na propriedade, ele precisa produzir em grande escala.

Teutônia possui uma população de 33.232 habitantes. No campo, são 5.102 habitantes que corresponde a 15,35% e uma população urbana de 28.130 habitantes que corresponde a 84,65% da população total. O número de estabelecimentos rurais de Teutônia é de 960 unidades, que ocupam uma área de 11.829 ha. Quanto aos domicílios em 2019, o município possuía 11.025 domicílios urbanos que correspondiam a 89,5% e 1.294 domicílios rurais que correspondiam a 10,5% do total de domicílios (IBGE, 2019).

Na tabela 3, observa-se que, no município de Teutônia, na trajetória de 11 anos (2006 a 2017), o número de produtores rurais que tomaram crédito em bancos diminuiu, mesmo tendo aumentado o número de estabelecimentos/produtores rurais. Pode-se inferir que essa situação está relacionada ao custo financeiro, limite de crédito e dificuldades em obter avalistas, que queiram comprometer o seu patrimônio para dar em garantia aos financiamentos pleiteados.

Tabela 3 – Comparação do número de estabelecimentos/produtores rurais que fizeram financiamentos/empréstimos bancários no município de Teutônia, RS, nos anos de 2006 e 2017

Ano	Número de estabelecimentos/produtores rurais		
	Total	Financiamentos/ empréstimos	
		Não obteve	Obteve
2006	876	498	378
2017	960	759	201

Fonte: O autor, adaptado de IBGE, Censo agropecuário de 2006 e 2017.

Na tabela 3, vê-se que o número de acessos ao crédito, por parte dos produtores rurais de Teutônia, diminuiu em 2017 se comparado a 2006, o que poderá prejudicar a economia e bem estar local, sugerindo a necessidade de um estudo para resgatar as razões destes movimentos através das memórias dos entrevistados sobre os motivos e outros fatores de acesso ou não ao crédito rural dos anos de 1970 e 2019.

4 O CRÉDITO RURAL: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

A profissionalização do sistema financeiro no Brasil, a partir da década de 1960, favoreceu a disponibilidade de crédito rural, que abriu caminho para a modernização da agricultura brasileira. A formalização do crédito rural trouxe inúmeras mudanças aqui discutidas e analisadas, visto que o país tem grande extensão de terras, trazendo grande evidência sobre o agronegócio brasileiro na produção de alimentos para os mercados interno e exportação.

4.1 A profissionalização do crédito rural no Brasil

No Brasil na década de 1960 praticamente não existiam regulamentações sobre o crédito agrícola no sistema financeiro, antes da criação do Banco Central em 1964. Com o passar dos anos e a função do Banco Central de normatizar e fiscalizar os bancos, o sistema financeiro nacional foi organizado por essa normatização instituída para o seu melhor funcionamento e a realidade que o país enfrentava. Com o crescimento da inflação, o sistema financeiro se profissionalizou, visto que o país se tornou um grande produtor e exportador de alimentos. A partir desta época o crédito agrícola deixou de ser somente estatal, devido a falta de recursos para o crédito rural. Em consequência, o sistema financeiro privado também passou a financiar a agricultura brasileira. Para tanto, havia a necessidade da normatização do sistema financeiro para atender as demandas do crédito rural. Entre outros, houve a regulamentação pelo Banco Central, para viabilizar a disponibilidade de recursos financeiros para o crédito rural. Tal regulamentação definiu que os bancos privados devem destinar anualmente, 30% dos depósitos à vista, 60% dos depósitos em poupança rural e 35% das captações com Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) para aplicar em operações de crédito rural. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Desde a colonização é reconhecida a importância da agropecuária para a economia nacional, destacando-se na história do Brasil os ciclos da cana-de-açúcar, do algodão, do café, da mandioca, do milho e, mais recentemente, o da soja. Em função dessa importância, os governos, ao longo da história, preparam a estratégia para a produção agropecuária, através dos “planos de safra”,

geralmente divulgados no início do segundo semestre de cada ano (BIANCHINI, 2015).

Como já mencionado em parte, anteriormente, o crédito rural formal no Brasil, iniciou no governo Getúlio Vargas, em 1931, quando foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil e o Departamento do Café, com a finalidade de amparar financeiramente a principal atividade econômica da época, o café. Entre 1940 e 1960, as principais políticas nesse sentido acabaram transferindo recursos do setor agrícola para os outros setores da economia, caracterizando a lógica do desenvolvimento econômico brasileiro, de estabelecer uma direção rumo à urbanização. Neste período a população urbana ultrapassou a rural no Brasil. Na sequência, pela falta de programas de investimento na agricultura, verificou-se um período de crise de produtos e inquietação urbana, quando nos anos seguintes ocorreram aumentos sucessivos de preços dos produtos agrícolas (GUEDES FILHO, 1999).

Em 1965, o Ministério da Fazenda e o Banco Central, através da Lei 4.829 estabeleceram que 10% dos depósitos a vista dos bancos comerciais deveriam ser alocados aos empréstimos agrícolas. A resolução 260 do mesmo ano alterou esse valor para 15% e garantiu que as taxas de juros cobradas nos empréstimos rurais seriam limitadas a 75% das taxas cobradas nos empréstimos comerciais. Destaca-se nessa ocasião o papel do Banco do Brasil, que passou a ser responsável por 90% dos empréstimos concedidos, tornando o crédito rural mais acessível aos pequenos produtores (SPOLADOR, 2001).

Com a crise internacional do petróleo dos anos 1970 e o aumento das taxas de inflação no Brasil, a política agrícola deixou de ser prioritária. O objetivo da política econômica era enfrentar os desequilíbrios da economia, levantando-se críticas à política agrícola pelo aumento do subsídio pela inflação. A partir de 1974 passou a produzir taxas de juros reais negativas, a baixa participação dos produtores que obtinham crédito formal e a concentração do crédito nas mãos dos grandes proprietários de terra (BARROS, 1979).

No final dos anos 1970 apareceram os primeiros sinais do declínio da economia estatizada no Brasil. O Estado não conseguia sustentar o financiamento de atividades econômicas. Em consequência, no início dos anos 1980, as cooperativas agropecuárias promoveram a retomada do cooperativismo de crédito para suprir as restrições do Estado no financiamento do Agronegócio.

Organizadas em centrais, as cooperativas de crédito, de forma privada, reorganizaram-se e se expandiram do Rio Grande do Sul para outras regiões do Brasil. Atualmente o crédito rural pode ser obtido através do sistema privado e ou estatal nas diferentes instituições financeiras (PESAVENTO, 2010).

Em 1981, houve a redução nas taxas de crescimento da oferta dos recursos de 20% para 12%, havendo cortes no volume de recursos destinados ao crédito rural. A demanda por crédito rural crescia devido às condições favoráveis nos mercados interno e externo para os produtos agrícolas, o que aumentou a sua dependência. As aplicações compulsórias dos bancos à vista diminuíram por causa da corrosão do poder aquisitivo da moeda pela inflação. As autoridades monetárias entenderam que as causas do processo inflacionário seriam os subsídios dados ao crédito rural e as emissões monetárias utilizadas para financiar os produtores rurais (SPOLADOR, 2001; SAYAD, 1982).

O crescimento da dívida pública federal em função da crise fiscal, fez com que houvesse alterações na política agrícola nos anos 1980 que foram: a redução da participação das autoridades monetárias; o uso mais intensivo de recursos próprios dos produtores rurais; as taxas de juros cobradas nos empréstimos destinados ao setor rural mais próximas das vigentes no mercado financeiro; a reforma nas contas públicas; a unificação orçamentária; o fim da conta movimento do Banco do Brasil e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional (SPOLADOR, 2001; OLIVEIRA, 1995).

Nos anos 1990 a economia brasileira é marcada pela sua inserção no mercado internacional, com a redução das tarifas de importação, a desvalorização da moeda e a valorização do câmbio até 1999. Nesta década também ocorreu a estabilização dos preços e a gradual saída do governo no financiamento da agricultura. Essa nova forma de atuação do governo é decorrência da política fiscal, do esforço de modernização do Estado e do controle dos gastos públicos (MELO, 1998).

Em 1991 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aumentar a oferta de crédito rural formal, aumentou de forma significativa sua carteira de aplicações agropecuárias através do FINAME – Rural, Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos novos de fabricação nacional para empresas que estejam credenciadas no BNDES. A partir de 1994 ocorre o aumento da dívida dos produtores rurais em virtude do

descompasso da correção dos preços mínimos e a correção dos financiamentos contraídos nas instituições financeiras. A partir daí surgiu o Programa de Securitização, implementado em 1996, para facilitar o pagamento das dívidas até R\$ 200 mil, com prazo de pagamento de sete anos e juros de 3% ao ano acrescido da variação dos preços mínimos. Os grandes proprietários de terra, com dívidas, foram enquadrados no Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (ARAÚJO, 2000).

Em 1996, o agronegócio brasileiro foi beneficiado com a promulgação da chamada Lei Kandir, que desonerou do ICMS os produtos primários e semi elaborados, aumentando, assim, sua competitividade no mercado internacional. A partir da safra 1998/99, o governo instituiu algumas linhas de crédito especiais para investimento com taxas de juros pré-fixadas, tais como, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA) e o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO) (ALVES, 2003).

Também em 1996 foi criado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, que atinge várias modalidades na agricultura familiar para custeio, comercialização, investimento, destinando-se a pequenas propriedades, com a utilização direta da mão de obra familiar. Voltado para a melhoria da produção de alimentos, a garantia de abastecimento e estabilidade dos preços aos consumidores e a geração de renda aos pequenos produtores rurais e assentados da reforma agrária, o programa possui as mais baixas taxas de juros entre os financiamentos rurais e uma das menores taxas de inadimplência entre os tomadores de crédito do país. Esta iniciativa do governo destina recursos do FAT – Fundo do Amparo ao Trabalhador para financiar o PRONAF e do FAE – Fundo Extra Mercado, que são reservas financeiras de empresas estatais. Criado em 2002, o Plano Safra é um programa que disponibiliza recursos cada vez maiores para financiamento, assistência técnica qualificada e mecanismos de segurança e proteção da produção e da renda. O programa também financia o custeio da safra à atividade agroindustrial, passando por investimento em máquinas, serviços e equipamentos ou infraestrutura de produção. No decorrer dos anos, novos serviços e políticas públicas de acesso à terra foram incorporados. O programa é atualizado e relançado anualmente entre o primeiro e segundo semestres

(SECRETARIA DE GOVERNO, 2019). No quadro 2, pode-se visualizar o Plano Safra de 2019/2020 que financia o agronegócio brasileiro.

Quadro 2 – Linhas de Crédito para financiar o agronegócio brasileiro através do Plano Safra 2019/2020

LINHA DE CRÉDITO	ITENS FINANCIÁVEIS	LIMITE	PRAZO	TAXA (a.a.)
PRONAF	Cultivo de arroz, feijão, mandioca, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, laranja, tangerina, olerícolas, erva-mate, cultivos em sistemas de base agroecológica e para o custeio pecuário destinado a apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos. Operação de custeio de milho que, somadas, atinja o valor de até R\$ 20.000,00 por mutuário em cada ano agrícola.	Até R\$250 mil	Até 12 meses. Varia de acordo com o ciclo de cada cultura/ criação	3%
PRONAF	Demais culturas e criações e operações de custeio de milho que, somadas, ultrapassem o valor de R\$ 20.000,00, por mutuário em cada ano agrícola.			4,6%
PRONAMP		Até 1,5 milhões		6%
Demais produtores	Todas as culturas e criações	Até 3 milhões		8%
Todos os públicos				TR+ 9%
COMERCIALIZAÇÃO				
Pré-comercialização p/ todos os públicos	Todas as culturas agrícolas	Até 2,4 milhões	Até 240 dias	TR+ 9%
INVESTIMENTOS REPASSES				
PRONAMP	Todas as culturas e criações.	Até R\$ 430 mil	Até 60 meses	7%
Demais produtores	Todas as culturas e criações. Máq./equip., usados não financia nesta linha.		Até 60 meses	8%
Todos os públicos	Todas as culturas e criações.	Até 100% do projeto	Até 60 meses	TR+ 9%
	Investimentos de itens não enquadráveis no BNDES.		Até 120 meses	
	Construção e reforma de imóveis destinados a moradia e alojamento do produtor e/ou dos trabalhadores empregados nas propriedades rurais		Até 120 meses	TR+ 6,5%
	Todas as culturas agrícolas.		Até 48 meses	CDI + 6% ou 18%
INVESTIMENTO BNDES – LONGO PRAZO				
PRONAF MAIS ALIMENTOS/MULHER	Adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, incluindo a correção da acidez e da fertilidade do solo e a aquisição, transporte e aplicação dos insumos para			

	<p>estas finalidades.</p> <p>Formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal. * Não pode ser financiado trator.</p> <p>Aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido (estufas), inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos.</p> <p>Construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras.</p> <p>Implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação.</p> <p>Aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras.</p>				
PRONAF ECO	Direcionado ao financiamento de itens de investimento para implantação, utilização, recuperação ou adoção de tecnologias ambientais. Ex.: construção de sistemas de captação e tratamento de dejetos, sistemas fotovoltaicos que não sejam FCC, energias renováveis, aquaponia etc.				
PRONAF MAIS ALIMENTOS/MULHER	Demais investimentos (Exceto tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte e máquinas agrícolas autopropelidas para pulverização e adubação).				
PRONAF MAIS ALIMENTOS UÍDOS, AVES E FRUTAS	Investimentos relacionados à atividade de suinocultura, avicultura e fruticultura.	Até R\$ 330 mil por safra			
PRONAF MAIS ALIMENTOS COLETIVO	Financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, implementos agropecuários de uso comum e colheitadeiras.	Ilimitado respeitando o limite individual de R\$165 mil por beneficiário			4,6%
PRONAF AGROINDÚSTRIA PF		Até R\$ 165 mil por safra	Até 120 meses com até 36 meses de		
PRONAF AGROINDÚSTRIA	Investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o	Até R\$ 330 mil	36 meses de		

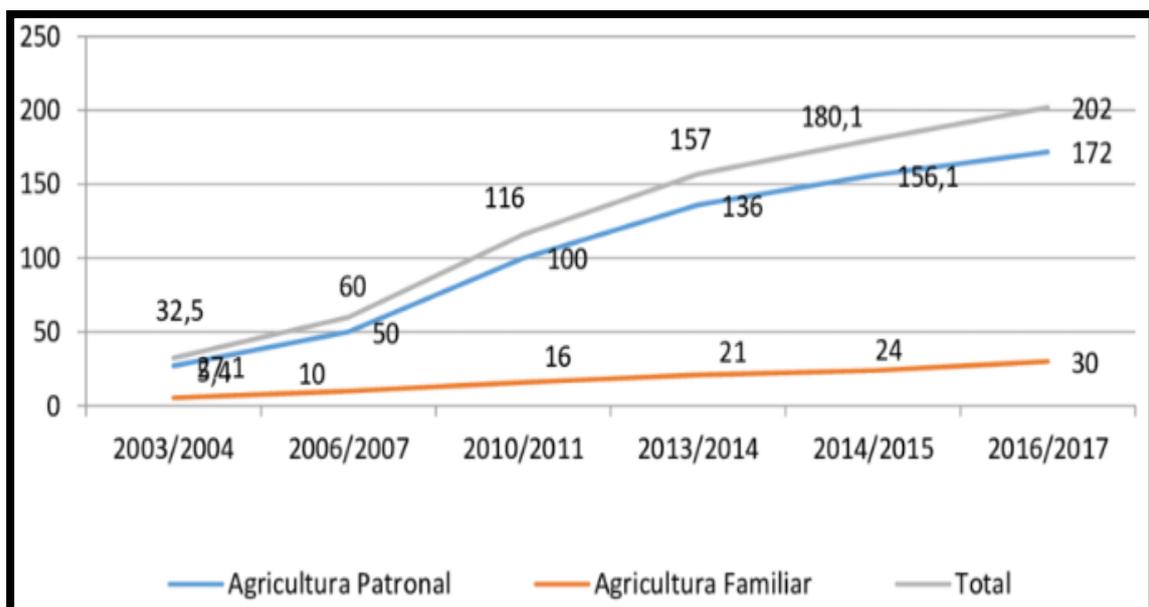
RIA PJ	beneficiamento, à armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais.	por safra	carência	
PRONAF AGROINDÚSTRIA Cooperativas		Até 20 milhões por safra		
PRONAF MAIS ALIMENTOS /MULHER	Tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte e máquinas agrícolas autopropelidas para pulverização e adubação.	Até R\$ 165 mil por safra	Até 84 meses com até 14 meses de carência	4,6%
PRONAMP	Investimentos relativos a bens e serviços necessários ao empreendimento. Máquinas e equipamentos isolados somente podem ser financiados no Pronamp se não estiverem cadastradas no MODERFROTA	Até R\$ 430 mil individual e até R\$ 20 milhões coletivo	Até 96 meses com até 36 meses de carência	7%
MODERAGRO	Construção e modernização de benfeitorias e equipamentos relacionadas à pecuária leiteira, suínos, aves, frutas, flores, hortaliças, etc. Galpão para abrigar máquinas	Até R\$ 880 mil individual e até R\$ 2,64 milhões coletivo	Até 120 meses,	8%
INOVAGRO	Construção e modernização de benfeitorias e equipamentos relacionadas à pecuária leiteira, suínos, aves e outras atividades.	Até R\$1,30 milhões individualmente até R\$3,90 milhões coletivo	com até 36 meses de carência	7%
MODERINFRA	Fomento ao uso de estruturas para a produção em ambiente protegido (estufas para olerícolas, frutas, flores e mudas florestais). Todos os itens inerentes aos sistemas de irrigação, inclusive infraestrutura elétrica e reserva de água, e de armazenamento, inclusive reforma.	Até R\$3,30 milhões individual e até 9,90 milhões coletivo		8%
PCA	Investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção, modernização, reforma ou ampliação de armazéns, destinadas à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças, fibras e açúcar. Máquinas e equipamentos associados ao investimento e possível de apoio no MODERINFRA.	Até R\$20 milhões	Até 180 meses, com até 36 meses de carência	7%
PCA	Mesmos itens financiáveis descritos acima, porém para armazéns com capacidade de armazenamento de até 6mil toneladas a taxa é de 5,25% a.a.			6%
ABC	Investimentos destinados a reduzir as emissões de gases de efeito estufa oriundos das atividades agropecuárias; reduzir o desmatamento; aumentar a		Até 144 meses incluída a carência	

	produção agropecuária em bases sustentáveis; adequar as propriedades rurais à legislação ambiental; ampliar a área de florestas cultivadas; estimular a recuperação de áreas degradadas; estimular a implantação, o melhoramento e a manutenção das plantações de açaí, cacau, oliveira e noqueira.	Até R\$5 milhões	de 96 meses, variando de acordo com a finalidade de financiamento	7%
MODERFROTA USADOS	Colheitadeiras com idade até 10 anos. Tratores com idade de até 8 anos. Pulverizadores, plantadeiras e semeadoras com idade até 5 anos.	Até R\$20 milhões, limitado a 85% do investimento	Até 48 meses com até 12 meses de carência	8,5%
MODERFROTA NOVOS	Tratores e implementos associados (novos).		Até 84 meses com até 12 meses de carência	

Fonte: Banco Central do Brasil, 2019.

O crédito rural no Brasil está intimamente ligado à política agrícola, pois as linhas de crédito tornaram-se instrumentos para atingir os objetivos traçados na política agrícola. O crédito rural tornou-se a ferramenta principal na aplicação da política agrícola oficial, para a agricultura familiar e patronal, conforme a Figura 5 (MAPA, 2016).

Figura 5 – Evolução do crédito rural para a agricultura familiar e patronal do Brasil, de 2003 a 2016/17 em R\$ bilhões



Fonte: MAPA, 2016.

O Manual do Crédito Rural – MCR, disponível no site do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br), contém as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e editadas pelo Banco Central sobre o Crédito Rural no país, onde toda a normatização deve se submeter às leis da Constituição Federal. Todo o empréstimo deve cumprir a sua finalidade que é de financiar as atividades rurais. Em relação às garantias o MCR lista as seguintes: a) penhor agrícola, pecuário, mercantil, florestal e cedular; b) alienação fiduciária; c) hipoteca comum ou cedular; d) aval ou fiança; e) seguro rural ou do amparo do Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; f) proteção de preço futuro da *commodities* agropecuária, inclusive por meio de penhor de direitos, contratual ou cedular. Cabe ressaltar que as instituições financeiras oneram o produtor rural, que, em uma única operação de crédito rural, é obrigado a fornecer conjuntamente, garantia de hipoteca, penhor e aval, mesmo contando com proteção de seguro privado ou do Proagro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

4.20 crédito agrícola em Teutônia, RS

Em Teutônia, RS, o crédito rural passou por diferentes transformações ao longo do tempo. Inicialmente as transações comerciais eram feitas através de escambo, trocas de mercadorias entre os agricultores, o que gerava um necessário relacionamento entre os indivíduos. Os alemães que vieram ao Brasil, mais especificamente à Teutônia, RS, em 1869, trouxeram em suas bagagens as memórias e culturas individuais e coletivas e delas surgiram diversas iniciativas conjuntas das suas próprias necessidades (TEUTÔNIA, 2018).

Desta forma vislumbraram alternativas para suprir necessidades individuais, em conjunto ou mesmo por iniciativas e aptidões pessoais. Nessas atividades, alguns agricultores se destacavam, como por exemplo: em “vendas” (casas comerciais), e assim, se especializaram nessa atividade, funcionando como um pequeno comércio entre vizinhos. Essas casas comerciais foram as primeiras experiências para o crédito, onde os produtores rurais deixavam o seu dinheiro como crédito da venda de seus produtos e também tomavam empréstimos. Essas práticas da época, aliadas a má gestão de algumas casas comerciais, ocasionaram a falência de algumas delas. Por muitos anos essa prática financeira foi eficaz e uma experiência importante para o desenvolvimento local. Mas ao

longo do tempo, as formas e regulamentações financeiras de acesso ao crédito tiveram que se profissionalizar. Ao longo do tempo, as formas e regulamentações de acesso ao crédito rural se alteraram, oportunizando maior acesso ao crédito rural e os juros de mercado foram aumentando, e no século XXI tudo passa pelo sistema financeiro nacional, através do Plano Safra que financia o Agronegócio brasileiro.

Embora as regulamentações sejam em nível nacional, o Programa do Plano Safra, alcança os diferentes municípios. Cada produtor rural que se habilitar terá direito para se beneficiar dos recursos financeiros do programa. Dessa forma, produtores rurais de Teutônia, RS têm tomado os recursos disponibilizados em função das atividades diversificadas do município. As propriedades rurais necessitam de volumes de crédito rural para a modernização e produção em escala cada vez maior, para as atividades produtivas e bem estar social.

Na Tabela 4 estão elencados, tanto os financiamentos de custeio como de investimentos dos produtores rurais do município de Teutônia, RS, de 2010 até 2019.

Tabela 4 – Quantidade de projetos, elaborados e contratados/liberados de crédito rural do Programa PRONAF Mais Alimentos financiados para produtores rurais no município de Teutônia, RS, ajustado pelo IPCA para maio de 2020

PROJETOS					
Ano	Finalidade	Elaborados		Contratados/liberados	
		Número	Valor (R\$)	Número	Valor (R\$)
2010	Custeio	13	1.002.303,42	10	494.861,84
	Investimento	64	12.906.877,57	102	6.106.397,05
2011	Custeio	10	697.673,86	13	445.461,73
	Investimento	44	10.049.154,27	83	6.478.989,26
2012	Custeio	14	925.562,47	06	494.092,12
	Investimento	195	11.343.726,93	68	5.017.840,04
2013	Custeio	18	1.168.949,03	17	628.004,36
	Investimento	70	9.700.574,47	80	6.582.754,46
2014	Custeio	09	604.403,91	06	264.398,91
	Investimento	50	12.729.006,37	93	8.928.249,93

2015	Custeio	08	559.781,37	05	211.800,22
	Investimento	29	5.326.287,46	37	3.006.186,25
2016	Custeio	24	1.554.824,18	27	1.393.718,06
	Investimento	56	4.901.104,42 2.646.675,90	60	3.526.674,56
2017	Custeio	60		63	2.641.219,95
	Investimento	64	5.392.004,76	65	4.735.317,03
2018	Custeio	34	2.301.998,50	36	2.012.988,09
	Investimento	61	4.675.213,63	66	4.019.917,80
2019	Custeio	37	2.632.379,80	37	2.429.140,83
	Investimento	70	8.446.905,53	71	7.912.622,79

Fonte: Emater – Teutônia, 2020, adaptado pelo autor.

Conforme pode ser visualizado na Tabela 4, a quantidade de projetos, elaborados e contratados/liberados de crédito rural do Programa PRONAF Mais Alimentos financiados para produtores rurais no município de Teutônia, RS. Assim, constata-se que os valores de crédito rural têm um papel importante para o agronegócio do município.

Segundo a Emater-Teutônia, RS (2020), com relação à obtenção do crédito rural, há algumas limitações quanto a obtenção do crédito pelos produtores rurais tais como: burocracia documental; recursos insuficientes; demora na liberação o que gera o acúmulo de projetos para serem liberados, que em alguns casos são contratados somente no ano seguinte através do novo Plano Safra; limites dos produtores em função de crédito já tomado anteriormente e a necessidade de avalistas por causa das garantias. De alguma forma a ocorrência dessas situações ocasionam resultados muitas vezes não favoráveis a essa parcela da população, que são os produtores rurais, responsável pela produção de alimentos. Portanto, dada a importante função do crédito rural, na sustentabilidade da economia do município, a forma encontrada para estudar o crédito rural foi através da obtenção de narrativas de dois grupos de produtores rurais que foram descritos no próximo capítulo.

5 NARRATIVAS DOS PRODUTORES RURAIS SOBRE CRÉDITO RURAL

Os produtores rurais do município de Teutônia em sua maioria trabalham com as atividades ligadas as agroindústrias de transformação de matérias-primas, que são: frangos, suínos e leite. A escala de produção dessas atividades é cada vez maior, seguindo a tendência de modernização e automação, para se manter na atividade de forma competitiva.

O presente capítulo apresenta as narrativas dos produtores rurais sobre: A Memória do Crédito Rural em Teutônia/RS: Trajetória de 1970 e 2019. O estudo foi desenvolvido de acordo com a metodologia, anteriormente apresentada: pesquisa de campo realizada com seis entrevistas com produtores rurais. Destes seis, três dos entrevistados eram produtores de mais 60 anos de idade, identificados pelas letras A, B e C. E o outro grupo de produtores rurais, com idade de 20 a 40 anos, identificados pelas letras D, E e F. Portanto, esse capítulo trata da descrição e análise das entrevistas. Inicialmente as narrativas foram dos dois grupos de produtores, analisadas conjuntamente nas perguntas de um a seis, visto que são semelhantes. As perguntas da sete a 10, foram respondidas pelos dois grupos, sendo que para os produtores com mais de 60 anos, as entrevistas focaram o ano de 1970 e do grupo de 20 a 40 anos focaram o ano de 2019.

O Quadro 3 apresenta uma síntese das respostas às perguntas 1, 2, 3 e 4. Para a pergunta número um, definiu-se que os produtores rurais que participaram das entrevistas serão identificados por letras maiúsculas para preservar as suas identidades.

Quadro 3 – Identificação dos produtores rurais entrevistados, idade, município e atividades agropecuárias, Teutônia, RS

Entrevistados			Atividades agropecuárias dos entrevistados					
Produtores rurais	Idade (anos)	Sexo		Leite	Frangos	Suínos	Subsistência (coelhos/galinhas)	Mecanização (serviços p/ terceiros)
		M	F					
A	60	X		X		X	X	X
B	71	X			X			
C	63	X		X	X	X		X
D	40	X		X		X		X
E	40	X		X	X	X		
F	31		X	X		X		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O Quadro 4 apresenta as respostas da pergunta número cinco: “O Senhor (a) toma empréstimos bancários para financiar suas atividades agropecuárias? Quais?”.

Quadro 4 – Linhas de crédito rural dos produtores rurais entrevistados para financiar as atividades agropecuárias, Teutônia, RS

Entrevistados			Tipos de financiamentos de crédito rural		
Produtores Rurais	Toma empréstimos bancários	Objetivo: crescer na atividade desempenhada	PRONAF		
			Mais alimento	Custeio	Investimento
A	X	X	X	X	X
B	X				X
C	X	X	X	X	X
D	X	X	X		X
E	X	X	X		X
F	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Como mostra o Quadro 4, todos os produtores rurais entrevistados já tomaram empréstimos bancários do crédito rural. Além disso, todos já fizeram financiamento de investimentos e a metade já utilizou a linha de financiamento de custeio.

O quadro 5 apresenta uma síntese das respostas da pergunta número 6: “O Senhor (a) acha importante o crédito rural para a modernização e crescimento dos produtores rurais? Sim ou Não. Por quê?”

Quadro 5 – A importância do crédito rural para a modernização e crescimento dos produtores rurais entrevistados, Teutônia, RS

Entrevistados	Importância do crédito para a propriedade rural			
	Modernização		Crescimento	
	Sim	Não	Sim	Não
Produtores rurais				
A	X		X	
B	X		X	
C	X		X	
D	X		X	
E	X		X	
F	X		X	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

No Quadro 5, pode-se observar que todos os entrevistados consideraram importante o crédito rural para a modernização e crescimento de suas propriedades.

A partir das perguntas número sete a 10 serão relatadas as narrativas das respostas para cada pergunta. Onde três dos entrevistados foram produtores rurais de mais 60 anos de idade, cujas respostas se referem ao ano de 1970. E o outro grupo de três produtores rurais com idade de 20 a 40 anos, cujas respostas se referem ao ano de 2019. Portanto, essa sessão trata da descrição e análise das entrevistas dos dois grupos em separado.

5.1 Narrativas do grupo de produtores rurais com idade acima de 60 anos

Na sétima pergunta “Poderia nos relatar as facilidades e dificuldades de obter crédito rural, para financiar suas atividades produtivas na década de 1970?”. O entrevistado A citou como facilidades o benefício recebido pelo Proagro e também por ocasião de seca o produtor rural podia obter financiamento em logo prazo, conforme relato abaixo:

[...] Naquele tempo meu pai era falecido e eu morava com o meu cunhado então eles faziam financiamento de máquinas menores, coisa mínima, anual que me lembro. **Outra facilidade anos atrás tinha o Proagro (seguro agrícola) ganhei duas vezes, o banco veio e eles olharam e eu tinha feito tudo certinho, então ganhei. Mas hoje facilitou mais que antigamente.** Naquela época os preços eram diferentes é que tu compravas mais coisas com menos produção. Mas hoje em dia precisa da grande quantidade (escala) para ir adiante. Mas naquela época as despesas também eram menores. Hoje em dia para tu manter tudo precisa muito mais (dinheiro) também. **Eu sei que tinha uma seca, aí se podia pegar um dinheiro por causa da seca, mais fácil, aí podia devolver num tempo mais longo para poder aproveitar o dinheiro,** mas não era fácil tu só podia vender leite, porco e aí podia comprar as coisas (não podia planejar e comprar na hora em que precisava da máquina, por exemplo, em época de plantio. A utilidade só ocorria no próximo cultivo isso fazia com que o produtor perdia muito dinheiro) (ENTREVISTADO A).

Já o entrevistado C, disse que usou pouco crédito rural naquela época, porque não tinha como fazer os financiamentos, pois a burocracia era muito grande, como pode ser verificado no relato abaixo:

Antigamente era muito difícil o começo aquela vez era bem pior do que hoje. Para adquirir um financiamento, eu sei o primeiro financiamento que

nós fizemos era eu juntamente com o sogro foi na década de 70, onde foi financiado uma ordenha (ordenhadeira) e umas vacas para melhorar a propriedade, a gente foi evoluindo só que questão **de financiamento nós pouco usamos porque não tinha como fazer os financiamentos a burocracia era muito grande**. Com o tempo a gente foi sendo conhecido conforme tu vai trabalhando se o pessoal (banco) te conhece (adquire confiança)(ENTREVISTADO C).

Questionados sobre “quais os tipos de custeio e investimentos foram financiados pelo crédito rural para melhorar as suas atividades produtivas em 1970?”, segundo o produtor A e B o que mais se financiava era o custeio de lavoura de milho, pastagem, esterco de galinha (adubo orgânico) e investimentos para as atividades produtivas como frangos, leite e suínos, motor estacionário e ordenhadeira balde ao pé, com valores menores. Já o entrevistado C fazia somente financiamento de custeio agrícola para comprar insumos, como se pode observar nos relatos abaixo:

Naquela época plantava milho para colher para dar para os porcos e as vacas. Naquela época se fazia **pequenas coisas, mas mais que se fazia era custeio de lavoura de milho, para plantar o milho. Alguma coisa para pastagem também tinha auxílio, para esterco de galinha (adubo orgânico) para lavoura de milho sempre existiu**. Naquele tempo havia poucos financiamentos, se comprava em prestação de meio ano ou um ano, era valor pequeno. Na década de 1970, tudo era a boi, não tinha essas coisas de Círculo de Máquinas ainda. Na época os juros eram outros se trabalhava com juro um pouco mais alto e daí não usava tanto os financiamentos, só que hoje em dia muda. **Se comprava mais que nem: motor estacionário, ordenhadeira balde ao pé, essas coisas eram financiadas, não existia aquelas grandes máquinas para financiar que nem hoje, era tudo mais na base das pequenas coisas** (ENTREVISTADO A).

Anos atrás também eu trabalhava **com frango, com vaca de leite e suínos, aí a gente fez financiamentos (custeios e investimentos) no banco[...]** (ENTREVISTADO B).

[...] **A única coisa que se fazia era o custeio agrícola para comprar os insumos**. Por que não tinha como fazer investimento porque o banco não liberava nada e isso mudou bastante (ENTREVISTADO C).

Quanto à pergunta: “O crédito rural tornou possível a melhoria do bem-estar do produtor rural e sua família, na década de 1970?” para os produtores rurais A, B e C os financiamentos de 1970 foram importantes, embora escassos, influenciaram para que pudessem vivenciar os benefícios de hoje, que realmente são importantes, conforme relataram, referindo-se a atualidade. Houve melhoria do bem-estar dele e da sua família em função de poderem vivenciar as duas épocas. Como se pode constatar nas narrativas abaixo:

Naquele tempo comparado com hoje, melhorou muito (bem-estar) porque tem tratores e poder trabalhar mais fácil e hoje também tem financiamento para comprar, mais tempo para pagar, o juro um pouquinho mais acessível também. Principalmente no bem-estar melhorou bastante. Compra antes e paga depois, se organiza, no caso. Dessa forma se organizando, planejando, maior é o planejamento! Planejar e pensar bem e ver se dá para arriscar. Tem coisas que dá errado. Mas às vezes a gente supera de novo. **Mas se não tivesse tido financiamento nós não estaríamos no ponto como hoje (bem-estar)** (ENTREVISTADO A).

De uns anos para cá melhorou bastante (bem-estar), graças ao crédito rural, não sei nem te explicar como, mas deu uma boa melhorada para o produtor. O crédito rural é muito bom ele para mim, **ele me ajudou muito eu fiz financiamentos e com esse crédito eu consegui fazer bastante coisa aqui na propriedade** e eu estou satisfeito, do jeito que ele está sendo aplicado aqui em casa, pois ele está dando um bom retorno (ENTREVISTADO B).

Na época foi importante, mas existia muito pouco recurso, praticamente só para custeio agrícola. É muito difícil trabalhar como antigamente (bem-estar), se os filhos era para trabalhar como nós, antigamente onde se tirava 80 sacos de milho/ha, hoje se tira quase 180 sacos/ha (ENTREVISTADO C).

Ao serem questionados sobre, “Como o Senhor (a) administrou na década de 1970, a questão de avais para financiamentos (prestados/tomados) para a obtenção de crédito rural?”, os entrevistados A, B e C relatam a dificuldade de 1970 em relação aos avais devido o sistema financeiro exigir serem pessoas de fora da família o que dificultava em muito. Os entrevistados A e B relataram que não assinavam de avalistas para outros.

[...] Na época nós éramos avais entre cunhados, **o cunhado assinava para nós e nós para ele** e para estranhos jamais (ENTREVISTADO A).

O avalista, fiador não podia ser da família na época. Para ser avalista, fiador eu creio que seria uma saída melhor, se tivesse tudo dentro da família e fazer menos exigência em documento. Por isso não fui avalista de outros, avalista ou fiador é a mesma coisa e fiador é pagador. **Eu não iria assinar aí jeito e maneira para um outro, nem que fosse meu irmão, se não consegue pagar aí eu perderia as minhas terras porque eu assinei de avalista para ele** (ENTREVISTADO B).

Nos anos de 70 tinha que pegar de avalista uma pessoa estranha a família, poderia ser um amigo, mas não da família. Isso dificultava o acesso ao crédito rural pelos produtores rurais. Que bom, que hoje pode ser alguém da família **porque nos anos 70 avalista, tu tinha que pegar uma pessoa estranha à família.** Você é um amigo, né? Mas não podia ser da nossa família.

Aval muito difícil ser, eu acho que todas as pessoas pensavam assim. Muito difícil assinar para estranho ou vizinho. Acho que são todas as pessoas que pensam assim. Graças a Deus, nós superamos tudo isso e hoje eu tenho três filhos meus e se um vai e faz financiamento

no nome dele um deles assina e isso é combinado entre a família. Ficou muito fácil isso ali (ENTREVISTADO C).

5.2 Narrativas do grupo de produtores rurais com idade entre 20 e 40 anos

As respostas são do grupo de três produtores rurais (D, E, e F) com idade entre 20 a 40 anos. Cujas narrativas respondem às perguntas 7, 8, 9 e 10, das entrevistas relativas a memória do crédito rural do ano de 2019.

Na sétima pergunta “Poderia nos relatar as facilidades e dificuldades de obter crédito rural, para financiar suas atividades produtivas em 2019?”, O entrevistado D citou como facilidade para obter crédito rural o fato de manter um bom relacionamento com os bancos por efetuar os pagamentos em dia e por não desviar recursos para outras áreas. Já como dificuldades, os entrevistados D e E indicaram a burocracia como um obstáculo ao crédito rural, conforme relato a seguir:

Quanto a facilidades sempre tivemos um bom relacionamento com os bancos uma vez que sempre deixamos todos os nossos compromissos em dia. Investimos o dinheiro que a gente pega dos bancos, não desviamos nada da função do crédito. Em relação as dificuldades muitas vezes os **bancos mostram uma certa burocracia**, por que alguns tomadores de financiamento não fazem com o recurso aquilo que realmente é o compromisso (ENTREVISTADO D).

Quanto as demais dificuldades os entrevistados E e F relacionaram o fato de não ter propriedade de terras no nome como um entrave para conseguir crédito rural junto aos bancos. O entrevistado E, ainda citou como dificuldade o fato do cônjuge ter carteira assinada, numa atividade fora da propriedade rural, como relatado a seguir:

Tem pouca facilidade para encaminhar um financiamento hoje, pela **questão burocrática** que está muito grande. **Para os produtores mais jovens que ainda não tem garantias, não tem propriedade no nome, nem bens que eles possam dar em garantia que o banco exige além de precisar de aval. Como é que eu vou começar? Se eu não tenho nada no nome? Como é que eu vou ter uma garantia?** E daí tu vai abandonar e vai trabalhar de carteira assinada numa fábrica que te pode dispensar a qualquer hora. **Que nem eu anos atrás quis fazer crédito fundiário, comprar uma área de terras, pelo banco da terra, estava tudo pronto, descobriram que a minha esposa é funcionária pública, tem carteira assinada, concursada do Estado, tu não pode! Porque não pode? Não, porque ela é concursada do Estado!** (ENTREVISTADO E).

Já o entrevistado F relatou como facilidade de obter o crédito rural, para financiar suas atividades produtivas, o fato de ter propriedade e produção no nome, como pode ser constatada na narrativa a abaixo:

As facilidades de obter o crédito rural seriam você já tem a propriedade, ela já entra como uma certa garantia. Você tem uma produção, conforme a sua produção, isso te facilita para fazer novos investimentos. Agora, se você vai começar tendo que comprar uma terra, você não tem a estrutura, aí o banco já não te dá tanto crédito, isso já entra como uma dificuldade. Agora, se você já tem uma produção, em cima disso, é calculado o limite, isso te facilita o acesso com o Crédito Rural (ENTREVISTADO F).

Quando perguntados sobre: “Quais os tipos de custeios e investimentos foram financiados pelo crédito rural para melhorar as suas atividades produtivas em 2019?”, o entrevistado D relatou que faz empréstimos de custeio (milho e pastagem), através do crédito rural, conforme narrativa abaixo. Por outro lado, os entrevistados D, E e F utilizam o financiamento na modalidade investimentos para aquisição de máquinas agrícolas, animais e instalações. Ainda reforçando o entrevistado E relata que tudo em sua propriedade provém a partir de financiamento do crédito rural, conforme pode ser visto nas narrativas abaixo:

Na linha de custeio a gente tem tomado crédito todos os anos para custear nossas lavouras (milho e pastagem) e também alguma parte da alimentação de animais. E, como a gente vem todo o ano fazendo melhorias nas nossas atividades, com certeza, foi investido na área de maquinário agrícola porque a gente sempre trabalha com maquinário atualizado para poder prestar um bom serviço. Na área do leite para atender às exigências que hoje existem pelas normativas também temos que fazer melhorias para conseguir se enquadrar e poder produzir um leite de qualidade (ENTREVISTADO D).

O custeio muito pouco, quase não se faz. **Investimentos nós fizemos quando construímos uma pocilga para suínos terminação e aquisição de um trator, ultimamente. Tudo que eu tenho e construí aqui na propriedade foi tudo financiado via banco.** Então a gente não tem como começar tudo do zero. Tu precisas de um financiamento, não tem como juntar o dinheiro para, por exemplo, chegar numa loja e comprar um trator, precisa do banco para praticamente tudo (ENTREVISTADO E).

A gente investiu muito no leite, até compramos alguns animais a mais, mudamos e fizemos uma sala de ordenha nova. Mudou o sistema de ordenha que não é mais manual, agora é tudo canalizado. Compramos um resfriador de leite a granel. Mexemos na estrutura do prédio, compramos máquinas e tratores (ENTREVISTADO F).

Para a pergunta, “O crédito rural tornou possível a melhoria do bem-estar do produtor rural e sua família, em 2019?”, os entrevistados D, E e F afirmaram que o crédito rural melhorou o bem-estar dele e de sua família. “O crédito rural tornou possível a melhoria do bem-estar suas propriedades com máquinas e equipamentos agropecuários que facilitam os serviços de toda a propriedade rural [...]”, conforme elencado nas narrativas a seguir:

Com o crédito rural conseguimos melhorar nosso modelo de produção, facilitando em muitas partes as atividades no que diz a questão de maquinário para fazer o trato dos animais, maquinário de ordenha para **tornar a vida da pessoa que faz o serviço mais fácil, também para efetuar as atividades em menos tempo e poder participar mais da vida em família** (ENTREVISTADO D).

O Crédito rural tornou possível formar (compor) toda a minha propriedade, **tudo que tem aqui é financiado, assim melhorou minha qualidade de vida** (ENTREVISTADO E).

Para nos ajudar no trato dos animais, e até para conseguir cortar silagem de milho. **Então, todas essas máquinas para o plantio para colheita para tudo a gente acaba entrando com o investimento no crédito rural** (ENTREVISTADO F).

Ao serem indagados sobre: “Como o Senhor(a) administrou em 2019, a questão de avais para financiamentos (prestados/tomados) para a obtenção de crédito rural?”, os entrevistados D, E e F disseram que em seus financiamentos de crédito rural, os avalistas sempre tem sido membros da própria família. Quanto a serem avalistas para terceiros, todos mostraram temor e resistência por causa do risco de inadimplência e como consequência perder o seu patrimônio para os bancos, conforme relatos a seguir:

Quanto a tomada dos financiamentos dos créditos rurais a gente sempre tem tido uma boa relação com os bancos e **isso possibilitou que a gente pudesse usar membros da nossa família como avalistas dos nossos financiamentos**. Sempre honramos com os pagamentos e nunca atrasamos nada. Inicialmente o banco não aceitava aval de familiar, mas como eles (bancos) viram na gente pessoas que cumpriam com os seus compromissos, acabaram por aceitar. A gente escuta muitos comentários de casos de pessoas que assinam para outras e acabam tendo que pagar pelos investimentos. No meu caso, já aconteceu também que tive que cumprir com os compromissos que eram dos outros. Eu tive que pagar o empréstimo de outro e espero que isso não volte a acontecer. Eu acho, se eu tenho coragem de ir ao banco, tomar um financiamento, também preciso ser responsável para pagar as parcelas (ENTREVISTADO D).

O entrevistado E, explicou que teve muita dificuldade por ter assinado como avalista em financiamento do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), onde o banco considerou o valor da fiança em seu limite de crédito, para os financiamentos de crédito rural, onde também relatou que o banco exige além do avalista uma relação de patrimônio para tomar financiamentos na área agrícola, conforme relatado abaixo:

Hoje em dia o aval já tem que ser uma pessoa conhecida, **ser da família ou um parente próximo porque todo mundo tem financiamento no nome “correndo” por isso está bem complicado. O primeiro que a gente pensa em aval, o pai ou alguém bem próximo da família.** Tem que ser alguém bem conhecido que conhece bem a propriedade para ter o respaldo, uma garantia, certeza para dar o aval e que tu vais conseguir cumprir com o teu compromisso. Eu pensaria duas vezes, por que é o meu limite de crédito que está sendo tomado também, mesmo não sendo eu que estou usando esse dinheiro. **Por exemplo, eu fui aval de uma pessoa próxima da família no FIES e quando eu fui contratar um financiamento, descontaram o FIES do meu limite de crédito o valor que eu tinha assinado de aval para essa outra pessoa. Logo, se precisar de um crédito e eu assinei de aval para alguém, isso vai ser descontado do meu limite, assina-se o financiamento junto com a outra pessoa.** Além do aval, o banco se cerca de garantias exigindo uma relação de dois para um para liberar o recurso. Uma sugestão seria que a integradora fosse o aval, que já tem um capital maior, só que daí vai acontecer um monopólio como esses condomínios. A integradora exige fazer um módulo de três a quatro galpões e tu só vai viver disso ali. Tu vais ser dependente deles (ENTREVISTADO E).

Normalmente sou eu que faço o financiamento **e os meus pais são avalistas dependendo do tipo de investimento.** Se for uma máquina, aí ela já entra como garantia, mas mesmo assim, a gente ainda precisa de um avalista, **então normalmente os meus pais assinam para mim.** E quando os pais pegam um financiamento, daí o meu tio assina para eles. Mas, a gente não pega vizinho para assinar de avalista, pois isso já é uma questão um pouco mais complicada. **A gente normalmente não assina para vizinho,** dependendo até do valor do investimento a gente pode! Mas, se for um investimento muito grande aí já entra numa questão burocrática que é a seguinte: o banco cobra do financiador, só que se o financiador não conseguir pagar, eles (bancos) não vão recolher o bem de quem financiou, eles (bancos) vão em cima do avalista. E aí você vai ter que pagar a dívida do outro, então é uma questão complicada. Dependendo do valor até não tem problema para assinar se o valor é menor, agora se é um investimento muito alto o risco é grande de você, de repente, se o investimento que o outro fizer não deu muito certo você corre um risco grande de ter que pagar as contas da tua propriedade e ainda as do vizinho, referente à questão de avalistas. Também eu conheço casos em que o financiador pegou dinheiro, comprou um bem, fez investimento e, depois o investimento não deu certo e o avalista teve que arcar com as parcelas do investimento do outro. Se não der muito certo e aí é uma questão de briga judicial porque o avalista vai vir, vai querer tirar o bem que está na casa da pessoa que financiou. Bom, no final das contas, se o avalista não conseguir retirar o bem, vai pagar o empréstimo da pessoa para quem ele assinou como avalista (ENTREVISTADO F).

Através das memórias dos produtores rurais resultantes das suas narrativas pode-se deduzir que o crédito rural desempenhou um papel muito importante. Tanto para o crescimento em escala de produção, modernização e bem-estar dos produtores rurais e de suas famílias, referenciados e ancorados nos anos de 1970 e 2019 do município de Teutônia, RS.

6 PRODUTO CULTURAL

Como produto final da Dissertação de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, da Universidade LASALLE, realizado pelo pesquisador Renato Kreimeier sob o título “A Memória do Crédito Rural em Teutônia/RS: Trajetória de 1970 e 2019”, nasceu a proposta de um documentário com o objetivo de apresentar, à comunidade, relatos que retratam a memória do Crédito Rural, bem como acontecimentos importantes dos produtores rurais, de 1970 e 2019, de uma parcela de produtores rurais do município de Teutônia, RS.

O referido documentário fica hospedado na página do *Facebook* do próprio autor para ser visualizado pelo público em geral e dar conhecimento e visibilidade as trajetórias dos produtores rurais, bem como, acontecimentos relevantes, por meio de relatos.

6.1 Planejamento e considerações metodológicas

A construção do documentário teve como base as entrevistas com os produtores rurais de Teutônia, RS envolvidas com esse projeto. Os questionamentos foram respondidos a partir da elaboração de um roteiro de perguntas semiestruturado (Apêndice A e B) com o objetivo de demonstrar a relevância de suas memórias e narrativas.

O Quadro 6 apresenta o cronograma das filmagens realizadas com as respectivas atividades.

Quadro 6 – Cronograma das filmagens

Atividades	1ª semana	2ª semana	3ª semana	4ª semana	5ª semana
Elaborar roteiro	4 dias				
Planejamento de filmagens		3 dias			
Filmagens			4 dias	3 dias	
Edição e formatação do documentário					4 dias

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O Quadro 7 apresenta o roteiro das cenas do documentário.

Quadro 7 – Roteiro das cenas de filmagens

Nº Cenas	Descrição das cenas
Cena 1	Imagens em que aparecem vacas em uma paisagem rural, em pastoreio.
Cena 2	Imagem do autor no escritório de orientação técnica.
Cena 3	Imagens aéreas das propriedades rurais seguida de narrativas (ou concomitantes) dos produtores rurais sobre as memórias do crédito rural de Teutônia, RS, cada qual em sua propriedade.
Cena 5	Fechamento do documentário com a fala do autor.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

6.2 Apresentação do documentário

O produto da presente dissertação é um documentário sobre A Memória do Crédito Rural em Teutônia/RS: Trajetória de 1970 e 2019. Foram entrevistados seis produtores rurais do município de Teutônia RS, onde três de idade superior a 60 anos e três de idade entre 20 e 40 anos. O referido documentário foi desenvolvido a partir das narrativas dos entrevistados, que foram realizadas com os atores, cada qual em seu estabelecimento rural. Compostas ainda, por imagens aéreas das propriedades dos entrevistados. As imagens de entrada do vídeo e de finalização foram realizadas na propriedade do autor da dissertação.

A duração do vídeo é de nove minutos. O documentário relata o estudo sobre: “A Memória do Crédito Rural em Teutônia/RS: Trajetória de 1970 e 2019”, com enfoque do importante papel desempenhado pelo crédito rural para o crescimento em escala, modernização e bem-estar dos produtores rurais, suas famílias e do município de Teutônia, RS.

O documentário está disponível em plataforma digital no site, no endereço eletrônico: **A memória do crédito rural em Teutônia/RS: Trajetória de 1970 e 2019.**

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o estudo da presente dissertação tem-se uma percepção mais exata daquilo que se investigou desde o início do trabalho: A Memória do Crédito Rural em Teutônia/RS: Trajetória de 1970 e 2019.

O objetivo geral do presente estudo foi pesquisar entre os produtores rurais do município de Teutônia, através de entrevistas, as memórias sociais e coletivas e bem estar social propiciado pelo crédito rural, para a elaboração de um documentário. Além dos objetivos específicos de identificar quais as estratégias usadas pelos produtores rurais para a obtenção do crédito rural em 1970 e 2019; analisar as dificuldades e/ou facilidades apontadas pelos produtores rurais na obtenção do crédito rural para suas atividades produtivas cotidianas e apontar mudanças ou diferenças de bem-estar dos produtores rurais dos anos de 1970 e 2019.

Desta forma, os dados da dissertação derivam das entrevistas oriundas de seis propriedades rurais. Um grupo de três produtores rurais de mais de 60 anos de idade e outro grupo de três produtores rurais de 20 a 40 anos de idade. Os questionamentos realizados foram sobre o crédito rural em Teutônia, RS. Desta forma tem-se os resultados das narrativas e memórias que demonstram uma realidade vivenciada pelos produtores rurais deste município nas duas épocas distintas.

Constatou-se que as atividades agropecuárias das seis propriedades dos produtores rurais entrevistados sobre crédito rural são: leite, frangos, suínos mecanização na prestação de serviços para terceiros e atividades de subsistência como: coelhos e galinhas. As atividades produtivas desenvolvidas para fins comerciais mais frequentes são o leite e suínos, com 83,3% de ocorrência em cada uma das atividades, dos entrevistados. As atividades de frangos de corte e mecanização agrícola ocorrem em 50% das propriedades dos produtores rurais entrevistados.

Quanto as narrativas dos três produtores rurais entrevistados, acima de 60 anos de idade, sobre a memória do Crédito Rural, na década de 1970, de Teutônia, RS, estes relataram que naquela época os financiamentos estavam praticamente reduzidos aos custeios e pequenos investimentos. Também foi relatada pelos produtores rurais a dificuldade, daquela época, quanto a

necessidade de buscar avalistas fora do vínculo familiar, o que trazia dificuldades, restringindo o acesso ao crédito rural. Mesmo sendo restrito o acesso ao crédito rural na década de 1970, 100% das famílias e ou entrevistados com mais de 60 anos de idade fizeram financiamentos de custeios e ou pequenos investimentos. Também 100% deles consideraram o crédito rural importante para a modernização e crescimento dos produtores rurais.

Quanto às facilidades para financiar as atividades produtivas na década de 1970, um entrevistado citou o benefício recebido pelo Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), também conhecido por seguro agrícola, quando havia intempéries que causavam prejuízo às lavouras de milho. Outra facilidade relatada pelo mesmo entrevistado foi a possibilidade de conseguir financiamentos de longo prazo com juro subsidiado, por prejuízos causados por secas prolongadas. A burocracia também foi citada por um entrevistado como dificuldade para obter financiamentos de crédito rural na década de 1970.

Mesmo com os aspectos citados como dificultadores, para a tomada de crédito rural na época de 1970, 100% dos entrevistados disseram que houve melhoria do bem-estar do produtor e sua família.

Em relação aos avais em 1970, novamente foi lembrado por 100% dos entrevistados o fato de ter que ser pessoas de fora da família o que dificultava em muito a tomada de crédito. Assim como 66,7 % disseram que jamais assinavam como avalistas. Desta forma evidencia ainda mais a restrição do crédito à época.

Já os três produtores rurais entrevistados, de 20 a 40 anos de idade, sobre a memória do Crédito Rural, em 2019, de Teutônia, RS relataram outras questões importantes.

Um dos entrevistados observou que tem como facilidade, o bom relacionamento com os bancos por efetuar os pagamentos em dia e por não desviar recursos para outras áreas. Outra facilidade citada por um dos entrevistados o fato de ter propriedade rural e produção agropecuária no nome.

As dificuldades elencadas por 66,7% dos entrevistados foram a burocracia e o fato de não ter propriedade de terras no nome, na obtenção do crédito rural. Também foi citado como dificuldade o cônjuge trabalhar com carteira assinada em outra atividade como obstáculo para obter financiamentos de crédito rural.

Em 2019, 100% dos produtores rurais entrevistados declararam que utilizam o financiamento na modalidade investimentos para aquisição de máquinas

agrícolas, animais e instalações. E um dos entrevistados realizou empréstimos de custeio (milho e pastagem), através do crédito rural. Também um dos entrevistados relatou que em sua propriedade tudo provém a partir de financiamentos do crédito rural.

Para 100% dos produtores rurais entrevistados, o crédito rural melhorou o bem-estar dele e de sua família. As instalações, máquinas e equipamentos agropecuários facilitaram os serviços de toda a propriedade rural.

Quanto aos avais tomados nos financiamentos bancários, 100% dos produtores rurais entrevistados avalizaram seus financiamentos por membros da própria família. Bem como, 100% dos entrevistados, tem resistência para prestar avais para terceiros, por causa do risco de inadimplência e perda do seu patrimônio para os bancos. Um dos entrevistados lembrou que o aval afiançado desconta no limite do seu próprio crédito junto ao banco. Onde também relatou que o banco exige, além do avalista, uma garantia na proporção de 2/1 de patrimônio para conceder os financiamentos no crédito rural.

Avaliando-se as conclusões dos dois grupos de produtores rurais pesquisados, verificou-se conforme suas memórias que em 1970 o crédito rural já era acessado apesar dos problemas apresentados como entraves, avalistas de fora da família e burocracia. A maior parte dos recursos era destinada para custeios e poucos recursos para investimentos. Portanto, pode-se inferir que essa trajetória incentivou os produtores do município de Teutônia, RS.

Já o grupo de produtores rurais de 20 a 40 anos, avaliou que em 2019, também houve uma melhora significativa na modernização, crescimento e bem-estar das famílias dos produtores rurais. A pesquisa constatou que a maior parte dos recursos foi destinada para investimentos e não para custeios.

Portanto, a base da economia do município de Teutônia, RS são: leite, frangos, suínos e máquinas agrícolas. Logo, pode-se inferir que a maior parte dos recursos vai para investimentos em função das atividades intensivas e escala de produção, exigindo muitos recursos. Também pode ser visto que nos financiamentos em 2019 era necessário, além do avalista, o produtor rural oferecer garantias em patrimônio ao banco, na proporção de 2/1 para haver liberação do crédito. Aquele que assina de avalista deve ter um patrimônio compatível ao valor avalizado e ainda reduz o seu próprio limite junto ao banco. O

avalista pode ser alguém da família. Um terceiro, dificilmente assinará de aval pelo risco de perder o seu patrimônio para o banco, em caso de inadimplência.

Portanto, o estudo sobre: “A Memória do Crédito Rural em Teutônia/RS: Trajetória de 1970 e 2019”, concluiu que o crédito rural desempenhou um papel muito importante para o crescimento em escala, modernização e bem-estar dos produtores rurais e suas famílias e do município de Teutônia, RS.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, André Gustavo. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE** - histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Diretoria de Planejamento - Superintendência de Planejamento, 2003.

ARAÚJO, P. F. C. Crédito rural e endividamento em período recente. **Revista Preços Agrícolas**, v. 14, n. 161, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural (MCR)**. Brasília, 1987-2019. 3 volumes.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC). **Crédito Rural**. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **IPCA – IBGE**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflação.php>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de crédito rural (MCR)**. Atualização MCR 673. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f4861.htm> Acesso em: 16 mai. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural – Contratações**. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em 10 mai. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo; Casa de Ideias, 2011.

BARROS, J. R. M. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: VEIGA, A. **Ensaio sobre Política Agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1979.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEUREN, I. M. (Org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios** Brasília: SAF/MDA, 2015.

BLONDEL, Charles. **Introdução à Psicologia Coletiva**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1960.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos, São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

_____. **Psicologia: Ciência e Profissão. Psicol. cienc. prof.** vol.31 no.2. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200017&lng=en&nrm=iso. ISSN 1414-9893. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200017>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.829**, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.851**, de 7 de dezembro de 1972. Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L5851.htm. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. **Crédito rural**. 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/credito-rural>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BRUNER, J. **Atos de significação**. 2. ed. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed, 2002.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Panorama do Agro**. 2020. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 08 mai. 2020.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of agribusiness**. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Memória Embrapa**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FEIX, R. D.; JÚNIOR, S. L. **Painel do Agronegócio**. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//painel-do-agronegocio-no-rs-2019.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS (FEE). **Características da agropecuária do RS**. 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs/>. Acesso em 10 mai. 2020.

GARCIA, Alexandre. O nome do milagre. **O Diário**. 2019. Disponível em: <https://odiario.net/o-nome-do-milagre/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

GARCIA, M. E.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Fundamentos de Economia**. 2. ed. São Paulo. Ed. Saraiva. 2004.

GOMES, Priscila. **Funções do Banco Central**. 2019. Disponível em: <https://financeone.com.br/7-funcoes-do-banco-central-do-brasil/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

GUEDES FILHO, E. M. Financiamento na agricultura brasileira. In: **Apresentado no Workshop Instrumentos Públicos e Privados de Financiamento e de Gerenciamento de Risco**, Piracicaba. 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria>. Acesso em: 23 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População urbana e rural**. 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/rs>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. (IBGE). **Censo agropecuário**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuario-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais>. Acesso em: 10 mai. 2020.

_____. (IBGE). **População de Teutônia**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/teutonia/panorama>. Acesso em: 09 set. 2019.

KREIMEIER, Renato. **O crescimento da participação de associados jovens no quadro social da Cooperativa Languiru**. Lajeado: Editora Grafocem, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. 2019. **O setor de agronegócio no Brasil**. Histórico e Evolução do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1273158100.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Evolução do crédito rural para agricultura familiar**. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Grafico-da-evolucao-do-credito-rural-para-agricultura-familiar-e-patronal-de_fig1_329928998. Acesso em: 15 mai. 2020.

_____. Governo Federal. **Gov.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 08 mai. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S.. **Guia Prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**, Contexto, 2011.

MELO, F. B. H. Agricultura brasileira nos anos 90: o real e o futuro. **Revista de Economia Aplicada**, v.2, n.1, 1998.

NICHTERWITZ, N. R.; KREIMEIER, D. R. O valor adicionado e o retorno de ICMS da agricultura no município de Teutônia x programas de incentivo. **IX Mostra de Iniciação Científica – MIC** Faculdade La Salle, Estrela, RS, 2018.

OLIVEIRA, J. J. **O impacto da crise fiscal brasileira dos anos 80 no crédito rural: mecanismos e instrumentos alternativos de financiamento agrícola**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FGV, 1995.

PESAVENTO, Fábio. **Cooperativas de Crédito no Brasil e o surgimento do Sicredi**. Porto Alegre: Sicredi, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEUTÔNIA. **História do Município**. Disponível em: <https://www.teutonia.rs.gov.br/o-municipio/historico/>. Acesso em: 06 nov. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Wagner Costa. Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania. **Estud. av.** São Paulo, v. 22, n. 64, p.227-238, dezembro de 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 mai. 2020.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 13 Nº 38**, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38myrian.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2020.

SAYAD, J. Estratégias de transição para a reforma do crédito rural. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Curitiba, 1982. **Anais**. Brasília: SOBER, 1982.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP** [online]. 1993, vol.4, n.1-2, pp. 285-298. ISSN 1678-5177.

SECRETARIA DE GOVERNO. **Plano safra**. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/plano-safra-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO (SICREDI). **Guia das normas e condições das linhas de crédito rural para a safra 2019/2020**. Teutônia RS. Sicredi Ouro Branco. 2019.

SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura.** (Dissertação de Mestrado), Piracicaba: ESALQ/USP, 2001.

TODOROV, I. **As estruturas narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

VIEIRA, P. A. A inserção do "Brasil" nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550 a 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Econ. soc.** [online]. vol.19, n.3, pp.499-527, 2010.

WILDMANN, Igor Pantuzza. **Crédito Rural – Teoria, Prática, Legislação e Jurisprudência.** Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa Produtores rurais acima de 60 anos de idade

- 1) Nome_____
- 2) Idade _____anos
- 3) Município _____Localidade_____
- 4) Quais são as atividades agropecuárias da sua propriedade?

- 5) O Senhor (a) toma empréstimos bancários para financiar suas atividades agropecuárias? () Sim () Não
Quais?_____
- 6) O Senhor (a) acha importante o crédito rural para a modernização e crescimento dos produtores rurais?() Sim () Não
Por quê? _____
- 7) Poderia nos relatar as facilidades e dificuldades de obter crédito rural, para financiar suas atividades produtivas na década de 1970?
- 8) Quais os tipos de custeios e investimentos foram financiados pelo crédito rural para melhorar as suas atividades produtivas na década de 1970?
- 9) O crédito rural tornou possível a melhoria do bem-estar do produtor rural e sua família, na década de 1970?
- 10) Como o Senhor (a) administrou na década de 1970, a questão de avais para financiamentos (prestados/tomados) para a obtenção de crédito rural?

APÊNDICE B – Questionário de Pesquisa Produtores rurais de 20 a 40 anos de idade

- 1) Nome _____
- 2) Idade _____ anos
- 3) Município _____ Localidade _____
- 4) Quais são as atividades agropecuárias da sua propriedade?

- 5) O Senhor (a) toma empréstimos bancários para financiar suas atividades agropecuárias? () Sim () Não
Quais? _____
- 6) O Senhor (a) acha importante o crédito rural para a modernização e crescimento dos produtores rurais?
() Sim () Não
Por quê? _____
- 7) Poderia nos relatar as facilidades e dificuldades de obter crédito rural, para financiar suas atividades produtivas em 2019?
- 8) Quais os tipos de custeios e investimentos foram financiados pelo crédito rural para melhorar as suas atividades produtivas em 2019?
- 9) O crédito rural tornou possível a melhoria do bem-estar do produtor rural e sua família, em 2019?
- 10) Como o Senhor (a) administrou em 2019, a questão de avais para financiamentos (prestados/tomados) para a obtenção de crédito rural?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

A MEMÓRIA DO CRÉDITO RURAL EM TEUTÔNIA/RS: TRAJETÓRIA DE 1970 E 2019

O presente termo tem por objetivo convidar o Sr(a) _____ a participar, voluntariamente, na pesquisa sobre A MEMÓRIA DO CRÉDITO RURAL EM TEUTÔNIA/RS: TRAJETÓRIA DE 1970 E 2019.

O estudo objetiva pesquisar entre os produtores rurais do município de Teutônia, através de entrevistas, as memórias sociais e coletivas e bem estar social propiciado pelo crédito rural, para a elaboração de um documentário.

Este trabalho se justifica devido a importância do crédito rural para financiar as atividades do agronegócio do município de Teutônia RS bem como propiciar uma melhor qualidade de vida aos seus tomadores.

Esta pesquisa está sob a coordenação do pesquisador Renato Kreimeier aluno do PPG em Memória Social e Bens Culturais e orientado pela Professora Dra. Judite Sanson de Bem e coorientado pela Professora Dra. Tatiana Vargas Maia.

Em qualquer etapa do estudo, o participante terá acesso ao pesquisador para esclarecimento de eventuais dúvidas. Contato: Renato Kreimeier, telefone: (051) 999946784, endereço eletrônico: renato.201820340@unilasalle.edu.br.

É garantida ao participante da pesquisa a liberdade da retirada de seu consentimento e o abandono do estudo a qualquer momento, bem como a garantia do sigilo dos seus dados de identificação de forma que se assegure a sua privacidade e o seu anonimato. Fica assegurado, também, o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais e finais da pesquisa, assim que esses sejam conseguidos pelo pesquisador. A pesquisa oferece risco mínimo aos participantes no que se refere à exposição dos dados e ao constrangimento de sua divulgação.

O participante da pesquisa será filmado, durante a entrevista, para um futuro documentário, cujo vídeo conterá as respostas faladas e as legendas correspondentes. Os resultados individuais de cada participante estarão

acessíveis ao participante ou responsável legal, caso este solicite acesso aos seus dados.

Os questionários ficarão sob a guarda do pesquisador enquanto a pesquisa se desenvolve. Seus dados serão analisados e mantidos sob guarda do pesquisador por período de 5 anos após o encerramento da pesquisa. Terminado este período todos os dados serão incinerados.

Não há despesas pessoais para o colaborador em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo Coordenador da pesquisa. A realização da pesquisa será na residência dos produtores rurais.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será emitido em duas vias: uma delas ficará retida pelo colaborador da pesquisa e outra a ser arquivada pelo pesquisador.

Pelo presente documento, eu, _____ brasileiro (a), depois de conhecer e entender os objetivos da pesquisa, através do presente termo, aceito participar do estudo.

Teutônia, RS, ____ de _____ de 2020.
